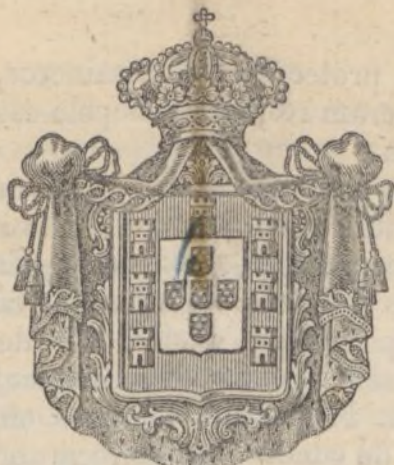


PREÇOS	
ASSIGNATURAS	
SEM ESTAMPILHA	
Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
<hr/>	
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital de-
ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE
LISBOA, na imprensa nacional, aonde igual-
mente se deve remetter, franca de porte, a
correspondencia das provincias, assim co-
mo os periodicos que trocarem com o DIARIO
DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações lit-
terarias, de que se receberam dois exem-
plares.

Anno 1860 — Numero 45



Sabbado 25 de Fevereiro

PREÇOS	
ASSIGNATURAS	
COM ESTAMPILHA	
Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha	
	\$060

A correspondencia das provincias, assim
a official como a particular, ou seja para
realizar assignaturas da folha, ou para a
publicação de editaes, annuncios ou co-
municados, deve vir acompanhada da im-
portancia das assignaturas ou do preço das
publicações pedidas, sem o que não se lhe
dará destino. Os annuncios serão dirigidos
à loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua
Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam
sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS
1.º Repartição

Sua Magestade El-Rei ha por bem, em vista das
informações recebidas do vigario geral do bispado
de Portalegre, resolver que se abra concurso para
o provimento da igreja parochial de S. Lourenço
da cidade de Portalegre; observando-se, quanto aos
actos do concurso, o que se acha determinado na
portaria circular de 30 de agosto de 1847 (*Diario*
n.º 205); e pelo que respecta ao prazo d'elle, o que
se dispõe na portaria de 23 de outubro de 1849
(*Diario* n.º 252). O que o mesmo augusto senhor
manda participar ao vigario geral do bispado de
Portalegre, para sua intelligencia e mais effeitos.

Paço das Necessidades, em 17 de fevereiro de 1860.
— *João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho*
Mártens.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá lugar na segunda feira 27
do corrente, sendo a ordem do dia interpellações.
Secretaria da camara dos dignos pares do reino,
em 24 de fevereiro de 1860. — *Diogo Augusto de*
Castro Constancio.

EDITAL

Em addicionamento ao edital publicado pela com-
missão eleitoral do bairro do Rocio em 18 do cor-
rente mez, se faz saber que, na conformidade do
artigo 20.º da carta de lei de 23 de novembro de
1859, a divisão das assembleias electorales é pela fór-
ma seguinte: CIRCULO N.º 113

- 1.ª Assembléa: compõe-se dos eleitores das fregue-
zias de S. Magdalena, e S. Julião.
- 2.ª Assembléa: compõe-se dos eleitores da fregue-
zia de S. Nicolau.
- 3.ª Assembléa: compõe-se dos eleitores da fregue-
zia de Santa Justa.
- 4.ª Assembléa: compõe-se dos eleitores da fregue-
zia de S. José.

N. B. Passam para o circulo n.º 114 as fregue-
zias da Conceição e Martyres.
Sala da commissão, em 24 de fevereiro de 1860.
— O presidente, *José Joaquim Alves Chaves.*

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Precisa-se de enfermeiros para a armada. Os in-
dividuos que forem admitidos no respectivo quadro
terão as vantagens consignadas no decreto de 20
de outubro do anno proximo findo. No hospital da
marinha se recebem os requerimentos dos pen-
dentes a estes logares, e se dão os esclarecimentos
necessarios.

Hospital da marinha, 16 de fevereiro de 1860.
— *Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos*, presi-
dente do conselho de saude naval e do ultramar.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa
se faz publico que sairá a 27 do corrente, para Li-
verpool, o vapor inglez *Braganza*.

A correspondencia será lançada na caixa geral
até á 1 hora, e na da estação postal do Terreiro do
Paço até á 1½ hora da tarde do dito dia.

Pela administração central do correio de Lisboa
se faz publico que sairão, a 28 do corrente, para a
Bahia, a barca *Nova Elysio*; a 29, para o Rio de
Janeiro, o patacho *Milheiro 3.º*; a 1 de março, para a
Loanda, Benguela e Mossamedes, o brigue *Annibal*;
a 4, para o Pará, o brigue *Feliz Ventura*; para S.
Thomé, o brigue *Rio Ave*; e a 5, para a Bahia,
a galera *Joven Carlota*.

A correspondencia será lançada na caixa geral
até aos referidos dias, e na da estação postal do Ter-
reiro do Paço meia hora antes da ali for annun-
ciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 24
de fevereiro de 1860. — O administrador, *Luiz José*
Botelho Sabra.

CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS Para Lisboa

Antonio Avelino dos Reis — Bispo Commissario
geral da Bulla da Santa Cruzada — Cardeal Patriar-
cha, Conde da Ponte — Diogo Antonio Correia de
Sequeira Pinto — José Maria de Macedo, Joaquina
Constancia — Lucas da Silva Azevedo Castello — Mi-
nistrio de Austria, Maria do Carmo Rodrigues — Sil-
verio Porfirio de Almeida — Visconde de Fornos de
Algodres.

Administração central do correio de Lisboa, em
24 de fevereiro de 1860.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

Em virtude de resolução da camara dos dignos
pares do reino, tomada em sessão de 11 do cor-
rente, se publica o seguinte:

Dignos pares do reino. — Vae perto de dois an-
nos que tive a honra de offerecer n'esta camara uma
proposta de lei, relativa a um *projecto de codigo*
regulamentar de credito predial, em que se acha
comprehendido e estreitamente ligado o *regimen hy-*
pothecario.

Minha estada por alguns mezes em paizes es-
trangeiros, e a curta duração das sessões das ca-

maras legislativas, que depois tiveram lugar, im-
pediram até hoje que este objecto fosse tomado pela
camara na devida consideração.

O assumpto é todavia de uma utilidade e neces-
sidade tão transcendente, que não posso dispensar-
me de vir novamente recommenda-lo á attenção dos
dignos pares.

Talvez não haja nem possa haver em qualquer
conjunctura e no estado de quietação social outro
mais importante; e tenho por certo que, na actuali-
dade, é não só o mais geralmente reclamado, mas
o mais urgente e mais fértil em resultados econo-
micos, debaixo de muitos pontos de vista.

O mal que existe a este respeito é gravissimo: e
tanto é mais entre nós, que o remedio correlativo
assume o caracter e a qualificação de meio de sal-
vação publica, e não sómente a de um melhora-
mento social.

Por toda a parte a propriedade territorial, esse
primeiro instrumento de produção, de industria e
do trabalho do homem, que lhe faz ganhar, como
as arvores, raízes á terra, e dar garantias de cre-
dito, de segurança, e de moralidade, ás sociedades
civis, soffre mais ou menos do abatimento em que
jaz, antes por factos negativos e positivos dos le-
gislaadores, que pela natureza das cousas.

É mais que para lamentar que um penhor como
este, unico no seu genero, o mais solido e o mais
seguro, não seja o mais apreciado, tomando-lhe o
passo, nas transacções da vida civil ou commercial,
outros valores tantas vezes imaginarios ou perigosos!

Esta situação demanda imperiosamente da parte
dos governos e dos legisladores uma protecção mais
efficaz, mais esclarecida e mais consequente, do que
tem sido até hoje.

Uma protecção que seja sempre o que deve ser,
amplissima em todas as suas relações, quaesquer
que sejam as condições, naturaes ou juridicas, da proprie-
dade territorial.

Predios livres, emphyteuticos ou vinculados, com
successão ou transmissão geral ou singular, nenhum
podem ter vida vigorosa e productiva sem o em-
prego de grandes capitais, que só se deixam seduzir
pelos milagres do credito.

Para tanto não bastam as leis hypothecarias dos
nossos dias, nem o que, com tanta pompa, em al-
guns paizes tem sido adoptado como correctivo á
imperfeição das mesmas leis.

Apesar da nossa tão desgraçada tendencia para
verter e importar instituições exóticas, o que n'outros
paizes e particularmente na França se acha
estabelecido, com relação a regimen hypothecario e
a sociedades denominadas de *credito predial*, não é
sufficiente, pois que não tem por fundamento abso-
luto e preexistente esse mesmo credito de que taes
sociedades usurpam a qualificação, com que se pa-
voneiam.

Não deve por nós ser imitado sem esta indispen-
savel condição, porque n'este objecto a insufficiencia
é, como a triste experiencia tem mostrado, de
fataes consequências sempre.

Podem, e por algum tempo, taes sociedades pros-
perar, apesar do descrédito da propriedade predial;
não admira que assim aconteça como a respeito de
todos os grandes monopolios; mas não será em be-
neficio d'essa propriedade.

Será á custa d'ella mantendo-se em um circulo
vicioso de expropriações forçadas pela acção legal
dos exorbitantes privilegios de que hoje gosam, e
que lhes são concedidos para poderem sustentar-se,
o que, fóra do gremio dos capitalistas n'ellas in-
teressados, é sempre mal acolhido, sempre odioso,
sempre nocivo ao bem geral.

As necessidades publicas exigem na legislação
modificações mais graves, mais completas, mais con-
formes á equidade.

Assim o proclamam e demonstram em seus es-
critos os juriscosultos e economistas mais distinctos
da França, da Belgica, e da Alemanha; mas, esta-
belecendo doutrinalmente os já incontestados prin-
cípios reguladores da materia, ainda não moveram
os legisladores a formular um meio de reparar in-
teiramente o mal existente: a prover de um modo
completo, como cumpre, n'este ramo de adminis-
tração, posto que muitos em suas aspirações, traduzi-
das por lei nova, se tenham já, mais ou menos,
aproximado do unico, e verdadeiro rumo que a le-
gislação deve seguir.

A conveniencia e as necessidades de uma reforma
complementar sobre este objecto manifestou-as ain-
da, ha poucos dias, um illustrado e poderoso monar-
cha na carta que escreveu ao seu novo ministro dos
negocios estrangeiros, dizendo: «Pelo que diz res-
peito á agricultura, convem fazer-lhe a partilha dos
beneficios das instituições de credito.»

Mas se a propriedade agricola não inspirar con-
fiança toda a exploração do credito é impossivel, ou
inequinhada; se não mais prejudicial que util.

Firmado em bases solidas o credito predial, pre-
constituído em si mesmo, e com abstracção das pes-
soas proprietarias, ou do *del credere* das compa-
nhas, só então se poderá dizer com verdade e se-
gurança, *res non persona debet*: as sociedades ou
bancos melhores condições; e servirão de valiosos in-
termediarios entre o capitalista e os proprietarios, sem
necessidade de privilegios, de monopolios de facto
ou de direito, nem de outra protecção que não seja
a salutar e justa da lei commun.

As leis, ditas de *regimen hypothecario*, têm até
agora tido na Europa civilisada a mesma sorte, pas-
sado pelas mesmas vicissitudes, que outras leis es-
sencialmente uteis á sociedade.

Ocasionalmente pelos negocios da vida social tem
sido defectivas no seu começo, nos seus ensaios.

Esta imperfeição porém tem dado causa a ser ex-
ploradas pela má fé, sofismado o justo pensamento
que as dictou, convertidas assim mais em cilada ar-
mada á credulidade publica, do que em meio de
protecção; mais em alimento de desconfiança, do
que de credito territorial.

Então multiplicados os abusos e os desastres tem
vindo o predomínio da descrença nos bons resulta-
dos d'essas leis, robustecido pelo espectáculo perma-
nente das victimas dos processos que affluem aos
tribunaes de justiça, aonde a generalidade e a clau-
destinidade de muitos direitos reaes combate e vence
pelo seu privilegio ou prioridade a *especialidade* de
muitos direitos hypothecarios, com quanto contrai-
dos por documento solemne, e inscriptos cautelosamente
em livros de registro publico.

Este estado da propriedade predial não deve, não
póde, nem moral nem politicamente, subsistir; por-
que nunca será elle indifferente a governos e legis-
ladores que têm missão especial de corrigir os vi-
cios e supprir as lacunas da legislação existente:
aos representantes da nação, que devem dar, o dão,
o primeiro exemplo de amor e dedicação ao bem
publico.

A necessidade e urgencia de novas leis tem sido
officialmente entre nós reconhecida pelos actuaes
ministros da coroa e seus predecessores, como era
de esperar da sua illustração e patriotismo.

No relatório que precede e acompanha o decreto
de 19 de agosto do anno findo declarava já o no-
bre ministro da justiça como o primeiro dos melho-
ramentos a promover: «a organização do credito
predial pela reconstrução do systema hypotheca-
rio, e registro da propriedade, que o deve accompa-
nhar.»

En talvez diria: «a reconstrução do systema hy-
pothecario pela organização do credito predial, ba-
seada no registro da propriedade e de seus encargos.»

Todavia, na essencia, parece estarmos concordes;
pois que o illustre ministro demonstrou assim não
só a sua convicção sobre a natureza e comprehen-
são da materia sujeita, mas os seus votos para que
uma similhante reforma tenha lugar.

De resto o governo não tem sobre este objecto
uma iniciativa exclusiva da que, segundo a lei fun-
damental do estado, compete aos membros d'esta
camara; e para que os direitos de prioridade de
posse e de propriedade moral e politica lhes não
sejam prejudicados, penso, salvo o meu erro, que
é de razão e de justiça, que se dê seguimento ás
suas propostas pendentes, sendo agora renovadas.

Para a camara dos dignos pares basta saber que
o maior e mais rapido desenvolvimento da riqueza
nacional, conforme ás necessidades e resultados da
epoca em que vivemos, não se compadecerá com o
marasmo, com o torpor, do credito predial em que
o paiz se acha.

Basta-lhe saber que o unico meio de se dar re-
medio a este mal é o de se nivelar por um e mes-
mo principio de conservação *todos os direitos reaes*,
dando-se assim ao *regimen de credito hypothecario*
a sua base natural, e para ella *nova forma e nova*
vida, considerado sempre este regimen como a par-
te de um todo, e sua necessaria e inseparavel de-
pendencia.

Um bom regimen hypothecario não tem, nem
póde ter, segundo os principios modernos, demons-
trados pela razão e comprovados pela experiencia,
outro fim mais que o de impeller que a terceiros
possam ser oppostos, como accção ou excepção, di-
reitos de que lhes era impossivel ter conhecimento
anterior aos seus contratos, ou no momento da sua
celebração.

Logo todo o regimen hypothecario que permitir
ou tolerar a existencia de transmissões clandestinas
ou de contratos occultos, que possam fazer succum-
bir um direito de propriedade ou de hypotheca ad-
quirido em boa fé, é um ataque permanente e di-
recto aos bons principios; compromette e neutraliza
toda a influencia salutar que poderia exercer; re-
vela uma triste inconsequencia do legislador; e ma-
nifesta uma grande injustiça contra todos aquellos
que, ou se acreditaram seguros sob a égide da lei,
ou que sentem renascer e fortificar-se o descrédito
da sua propriedade, por effeitos da imperfeição da
mesma lei que os devia e quiz proteger.

São pois accusados os plagiarios de taes systemas
incompletos. Não ha a esperar senão pessimos re-
sultados da adopção de *meias-medidas*.

Na carta que Mittermaier, esse venerando juris-
consulto da Alemanha, fez a honra de me dirigir:
esse eminente sabio que ha mais de cinquenta annos
tem estudado as leis hypothecarias dos diversos es-
tados da Europa: esse abalizado professor de direito
o mais competente para conhecer e avaliar as leis
allornas sobre o mesmo objecto: diz que ás medi-
das incompletas, contidas n'essas leis, se deve o de-
scrédito predial e o grande numero de processos que
affluem aos tribunaes.

«Aux demi-mesures adoptées par nos lois hy-
pothecaires il faut attribuer la méfiance et le grand
nombre des procès, qui occupent nos tribunaux.»

É preciso pois remontar ao direito de propriedade
e protego-lo, assim quando pleno, como em todas
as suas emanções e fragmentos, com uma publi-
cidade tão absoluta, e taes garantias de segurança
e de effeitos, que a menor desconfiança não possa
ter fundamento, nem mesmo pretexto algum.

Eis o objecto de um codigo de credito predial;
eis o fim complexo, mas simplificado, a que o meu
projecto de codigo regulamentar se dirige.

Convencido ainda de que n'elle se acham formula-
das as providencias indispensaveis ao titulo que
tem, apresso-me a renovar e ampliar n'esta sessão
a proposta de lei que fiz em julho de 1858.

Tenho a persuasão intima de que não sou impel-
lido a dar este passo por sentimentos de amor pro-
prio ou de capricho.

Dou-o pelo perseverante estudo da materia que
fiz antes e de longa data, e que tenho feito depois
da primeira apresentação do projecto n'esta camara,
alem das significativas lições da experiencia e pra-
tica de julgar.

Dou-o convencido de que o systema que propo-
no é praticavel, facil, accessivel a todas as intel-
ligencias imparcias, não gravoso aos proprietarios,
nem ao thesouro, e antes, pelo contrario, que seria
fonte de receita para este, e de riqueza para aquel-
les, se chegasse a vigorar como lei.

Dou-o muito convencido de que todos os prop-
rietarios honrados bem-dizem, e bem-dirão, as pro-
videncias, que os rehabilitarão para o credito real, e
que assim lhes proporcionarão os meios não só de
remover as difficuldades e a usura com que têm
lutado até agora, mas tambem de amorisar os des-
gracados empenhos em que se acham constituídos.

Dou-o persuadido de que taes providencias só
poderão ser mal recebidas pelos poucos prop-
rietarios, que desejarem manter occulto o estado da sua
fortuna, para enganarem o capitalista, ou continua-
rem a defraudar o fisco: mas com estes nem a moral,
nem a equidade, nem a protecção commun,
podiam descender, e tanto menos que o projecto,
no seu systema de conciliação, contemporisando
com elles mesmos, lhes dá honestamente mais que
o que lucram, ou poderiam lucrar, na prolongação
dos abusos.

Dou-o, muito especialmente, animado pelos insus-
peitos suffragios que este meu trabalho, depois de
traduzido em lingua quasi universal, e exposto as-
sim a uma apreciação internacional, tem, sem ne-
nhuma impugnação sobre ponto capital, felizmente
obtido de homens eminentes no estrangeiro, como
são os srs. Goussard, Marton, Mollinier, Mitter-
maier, Pinto, Bosselini, Fuentes, e del Castillo, e se
vê de suas publicações pela imprensa de diversos
estados da Europa civilisada.

Minha ambição, que espero me não seja cen-
surada, se concentra no desejo de vincular o meu
nome ao d'esta camara em objecto de tão elevada
importancia e utilidade.

A imprensa de Madrid, despidida de todo o pre-
conceito ou vaidade nacional, acaba de provocar so-
bre este meu projecto a attenção e estudo do go-
verno e dos legisladores nossos visinhos.

Pois eu não sei bem definir a repugnancia que
sentiria se visse que a iniciativa portugueza a obti-
nha de adopção em qualquer paiz, primeiro que no
logar da sua naturalidade.

O projecto contém agora algumas emendas e cor-
recções, sem que alterem a identidade de suas dis-
posições. Nenhum artigo foi-supprimido. Algumas
palavras novas ou additamentos só visam a estabe-
lecer maior clareza, ou a tornar mais completa a
forma ou o desenvolvimento de uma idéa.

Um dos requisitos, que cumpre guardar na apre-
sentação de trabalhos d'esta natureza, é, como seu
accessorio indispensavel, uma exposição de motivos.
Assim o desejei em julho de 1858, mas só o pude
então praticar resumidamente, propondo-me a maio-
res deducções durante a discussão.

Hoje póde similhante trabalho ser dispensado, e
é mesmo, em grande parte, inutil, depois das bri-
lhantes e profundas analyses, feitas, uma pelo insi-
gnificante commentador da lei hypothecaria belga, o sr.
Marton, cujas obras a Europa lê e admira, e a quem
esta camara e a dos srs. deputados votaram o anno
passado louvor e agradecimento: e outra mais pro-
xima pelo sr. Sanchez de Fuentes, em dois exten-
sos e bem coordenados artigos publicados em Ma-
drid na revista *la America*, de 24 de outubro e de
8 de novembro ultimos.

Todavia tive por conveniente offerecer ás cam-
aras legislativas algumas considerações em uma me-
moria, cujo fim principal é tornar mais sensivel as
vantagens especiaes, que devem resultar da adopção
do projecto, e de que as analyses estrangeiras não
podiam bem apreciar todo o alcance.

Este meu trabalho addicional terá tambem a grande
utilidade de me poupar a expender as mesmas idéas
na discussão do projecto, se d'ella obtiver as hon-
ras: e a de serem precisados os pontos mais salien-
tes de duvida, sobre que possam ser-me exigidas
explicações, para que todavia me prestarei, como
poder, se o que for lido n'esta memoria parecer de-
fectivo ou menos suassorio.

A proposta de lei que ora faço, e que accom-
panha o projecto de codigo se encaminha a fixar a
discussão sobre determinadas disposições principaes.

Approvadas estas disposições, ficam salvas as ba-
ses de todo o systema do codigo, sem exclusão nem
da cooperação subsidiaria e complementar da parte
do governo, intervindo consulta do conselho con-
servador do credito predial, nem das ponderações,
emendas, ou additamentos, que se julgarem rasoa-
veis, e para que espero ter a docilidade necessaria
se a discussão me convencer.

Sei que a modestia é um véu transparente, que
atrás as vistas e consegue fixa-las; mas tambem
não ignoro que essa qualidade, quando exagerada
ou affectada, se torna tão insupportavel como a
vaidade.

É muito difficil guardar entre estes dois escolhos
um justo equilibrio de transacção moral com o amor
proprio dos outros homens, devida não só ao conhe-
cimento que todos devemos ter de que a perfeição
e dom do acerto em termos absolutos é incompati-
vel com a natureza dos seres creados, mas tambem
de que o erro é muito possivel e frequente por mais
que se estude e se reconsidere um determinado ob-
jecto.

N'esta situação, e pois que é preciso, mais bem
ou menos mal, sair d'este embaraço, limito-me não
só a reconhecer, com relação a este meu trabalho,
a necessidade de uma correcção feita por outras in-
telligencias, por ventura menos prevenidas que a
minha, mas a dizer que a provoço, desejo, e solici-
to; sem que todavia leve a condescendencia ao
ponto de lhe sacrificar principios, cuja verdade abso-
luta ou relativa mantenha o seu predomínio na
presença de uma discussão.

Por em quanto não faço mais que seguir os im-
pulsos da minha consciencia e convicção longamente
formada, e julgo cumprir um dever moral, civico
e parlamentar, insistindo para que tenha o seu de-
vido seguimento a minha antiga proposta de lei.

No cumprimento d'este dever imagino prestar um
servico importantissimo ao paiz em que nasci. Estou
gasto e fatigado de muitos dissabores e trabalho
com que a vida publica, e uma certa abnega-
ção e desceio de mim mesmo, tem sabido remun-
erar-me; mas não descrente ainda nem dos ho-
mens nem das cousas, não me considero invalido
entre os defensores da causa publica.

As camaras legislativas pertence impedir que o
meu projecto de codigo regulamentar do credito
predial passe á classe das produções abortivas. A
sabedoria e patriotismo dos ministros da coroa in-
cumbem proteger e aperfeiçoar esta obra.

Nestas idéas, vou ler o seguinte

PROJECTO DE LEI N.º 2

Artigo 1.º São creadas em todas as comarcas ju-
diciaes as hypothecarias de registro predial,
segundo as bases estabelecidas n'esta lei.

Art. 2.º Serão descriptos n'estes registros os pre-
dios rusticos ou urbanos, com distincção de livres,
vinculados, pertencentes a corporações ou ao es-
tado.

Art. 3.º Serão averbadas ao registro predial res-
pectivo todas as hypothecas especiaes e mais direi-
tos reaes ou factos accessorios, resultantes de liti-
gio, sentença, transmissão e contratos.

Art. 4.º Os registros de predios serão feitos de
modo que d'elles conste a sua qualidade, compre-
henção, uso, valor venal e identidade.

Art. 5.º Estes registros serão tomados na presen-
ça de titulo ou titulos, se os registantes os tiverem,
ou pelo simples facto da posse e declarações dos

mésmos registantes á sua escolha, tenham ou não
titulos.

Art. 6.º Passado um anno depois da installação
das conservatorias, será considerado requisito essen-
cial de habilitação preliminar activa, para effeitos
de justiça administrativa ou judicial, sobre proprie-
dade predial e mais direitos reaes, a apresentação,
perante a autoridade competente, de certidão affir-
mativa do registro respectivo.

Art. 7.º Não são comprehendidos na disposição
do artigo antecedente os casos, que demandarem
celeridade, e até que ella passe.

Art. 8.º Todas as hypothecas legaes e geraes re-
córdo publicadas em livro especial pelo registro do fa-
cto, de que ellas se derivarem. O nome da pessoa
gravada será logo participado a todas as conserva-
torias, e lançado por cada um dos conservadores
em outro livro especial.

Art. 9.º Conservarão provisoriamente, depois de
registados por esta forma, todos os seus effeitos de
garantia, concurso e preferencia, e definitivamente
pela conversão em hypothecas especiaes.

Art. 10.º Esta conversão, ou uma subrogação
por outro genero de garantia, será obrigatoria em
determinado prazo, que só correrá depois do impe-
dimento legal.

Art. 11.º Terão obrigação e direito correlativo
de fazer o registro predial, não só os proprietarios
ou possuidores de predios, mas tambem subsidia-
riamente todas as pessoas que tenham um direito
real, permanente

Esusado é declarar que reputo essencial pedir-se aos ministros da coroa respectivos, que tenham a bondade de comparecer às sessões da comissão de legislação.

7.º Que finalmente a camara autorise a comissão a discutir a proposta e a tomar deliberações sobre ella logo que estejam presentes cinco dignos pares, posto que este numero seja preenchido com dignos pares de outras comissões convidadas.

Camara dos dignos pares, 11 de fevereiro de 1860.—*F. A. F. da Silva Ferrão*.

Sala da camara dos dignos pares, em 13 de fevereiro de 1860.—*D. A. de Castro Constancio*.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 24 DE FEVEREIRO

PRESENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 65 srs. deputados.

O sr. Presidente.—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Frederico de Mello, de que o sr. Infante Pessanha não compareceu nas sessões de 17, 18, 22 e 23, não comparece 4 de hoje, e talvez a mais algumas, por motivo justificado.—*Intervado*.

2.º Do sr. C. J. Nunes, de que o sr. Teixeira de Sampaio, por motivo justificado, não pôde comparecer à sessão de hoje.—*Intervado*.

3.º Do sr. Avila, de que o sr. Palmeirim não pôde comparecer à sessão de hoje por falta de saúde.—*Intervado*.

EXPEDIENTE

1.º Uma representação de alguns habitantes, residentes *intra muros*, nas proximidades do districto marginal do Tejo, da rua da Cruz da Pedra ao Cies dos Soldados, pedindo que se collocem cancellas de viação no caminho do ferro, n'aquelle districto, para poderem communicar-se com o Tejo.—*A' commissão de obras publicas*.

2.º Dos moradores da freguezia de S. Lourenço d'Assens, no concelho de Vallongo, pedindo providencias para não pagarem a excessiva congrua que se lhes exige para o parochio.—*A' commissão eclesiastica*.

Dá-se expediente para a mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requeiro que se peça ao governo, pelo ministerio da justiça, a portaria pela qual foi remetida ao supremo tribunal de justiça a syndicança sobre a relação do Porto.—*Barras e Sá*.

2.º Requeiro que pelo ministerio da guerra sejam remetidos a esta camara os seguintes esclarecimentos:

I Qual a importância dos soldos, pretos, e mais vencimentos de todos os officiaes e praças de pret que fazem serviço nos outros ministerios.

II Quaes as representações, que tem sido feitas pelos commandantes dos corpos, e das divisões militares, mostrando a falta dos officiaes dos ditos corpos para o serviço.

III Qual a força que, termo medio, tem estado ás ordens dos ministerios do reino e justiça no serviço policial, e quaes as informações dos magistrados administrativos e judicias sobre o serviço que tem desempenhado.—*Henriques Secco*.

3.º Requeiro que pelo ministerio da justiça se peça ao governo.

I Que processos crimes foram julgados em cada uma das relações do reino no ultimo anno.

II Que processos crimes foram julgados no mesmo anno em cada um dos districtos criminaes de Lisboa e Porto, e em cada uma das capitães dos districtos administrativos do reino; em quantos houve réus que foram condemnados, e em quaes dos mesmos processos os houve que pagassem as custas.

III Quantos inventarios de menores foram processados no anno findo, e julgados em cada uma das comarcas dos districtos das suas relações; de que termos, autos, citações, notificações e intimações costumam formar-se em cada uma das mesmas comarcas; o valor de cada um dos referidos inventarios; em quanto importaram as custas, emolumentos e salarios; os valores que entraram na caixa dos orphãos, e o estado em que se acha a administração das legitimas dos menores.

IV A relação nominal dos depositarios das caixas dos orphãos nas diferentes comarcas, desde quando ha nellas as caixas, e desde quando estão nomeados os depositarios; o capital em que está debitada cada caixa para com os orphãos da respectiva comarca e a quantos inventarios pertence; e a relação nominal dos tutores que têm prestado contas nos ultimos cinco annos.—*Lopes Branco*.

4.º Requeiro que, pelo ministerio da fazenda se peça ao governo um mappa em que se declare:

I O pessoal de que é composta a administração superior do imposto do pescado, e quaes são e onde estão estabelecidos os postos da sua fiscalização e cobrança; os vencimentos correspondentes de cada empregado, e as despesas em que importa toda a administração d'este imposto.

II Os empregados que ha nos sobreditos postos que tenham sido tirados das diferentes alfandegas para fazerem n'elles o serviço d'esta fiscalização; que ordenados e vencimentos percebem, e por onde lhes são pagos; como é supprida a falta d'estes empregados nas repartições d'onde foram tirados, ou d'onde são todos os dias; e quantos empregados extraordinarios ha n'essas alfandegas, d'onde têm sido tirados alguns para os postos do imposto do pescado.—*Lopes Branco*.

5.º Requeiro que, pelo ministerio das obras publicas, se peça ao governo:

I Um mappa dos preços que teve cada dia de lavoura e de jornaes nos diferentes districtos do reino, em cada um dos annos de 1857, 1858 e 1859, na epocha da produção do trigo e do milho; da despeza em que, conforme aquelles preços, se calcula que importou cada alqueire dos mesmos generos, e aquelle pelo qual se venderam os mais caros.

II Em quanto se calcula o consumo do trigo e do milho no paiz em cada anno, e a produção dos mesmos generos; de quanto foi a produção nos annos sobreditos de 1857 a 1859, e a quantidade que em cada um d'elles se importou.—*Lopes Branco*.

6.º Preciso examinar os relatorios que foram apresentados por todos os engenheiros encarregados de estudar a melhor directriz para a estrada da Beira entre Coimbra e Ceira, o por isso requeiro que o sr. ministro de obras publicas, faça de todos esses documentos remessa a esta camara, com o que também ficará satisfeito o requerimento que o sr. Secco já fez n'um dos dias d'esta sessão; bem como pego o parecer fundamentado do conselho das obras publicas.

Alem d'isto pego para tomar parte na interpegação que o sr. Furtado annunciou na sessão do dia 18 d'este mez, o que me constou pelo *Diario de Lisboa*.

Sala das sessões da camara dos srs. deputados, em 23 de fevereiro de 1860.—*Monteiro C. Branco*—*Henriques Secco*.

7.º Requeiro que se peça ao governo, pelo ministerio da fazenda, todos os papeis e documentos relativos ao facto do descumprimento de coupons da junta do credito publico, attribuido ao ex-empregado Mesquita, inclusive os requerimentos dos possuidores pedindo o pagamento; as informações da junta a similhante respeito, e os despachos do go-

verno havendo-os. Outro sim uma conta da importância dos coupons subtraídos, com declaração de quaes e quantos foram pagos, se alguns o foram, e n'este caso da razão porque deixaram de ser os outros restantes.—*Barras e Sá*.

8.º Requeiro que, pelo ministerio da fazenda, se peça ao governo, que remetta a esta camara uma nota da quantidade de café do produção da provincia de Cabo Verde, importado pela alfandega grande de Lisboa em cada um dos annos de 1857, 1858 e 1859, e da importância total dos direitos de importação, que na mesma alfandega pagou o referido genero em cada um dos mencionados annos.—O deputado por Cabo Verde, *Antonio Maria Barreiros Arrobas*.

9.º Requeiro que seja enviada a esta camara, pelo ministerio das obras publicas, a consulta do conselho de obras publicas, relativa á questão dos perfis transversaes das linhas ferreas contrahidas com D. José Salamancas, assim como a informação do respectivo fiscal do governo a respeito do modo por que se estão executando as obras do caminho do ferro de leste.—*J. T. Lobo d'Avila*, deputado por Santarem.

São enviados ao governo.

Também são enviadas ao governo as seguintes notas de interpegação:

1.º Renovo a nota de interpegação que apresentei na legislatura passada, e assignada pelo sr. deputado Soares Franco, sobre a occupação ingleza da ilha de Bolama, e requeiro que se peça ao governo, que pelo ministerio da marinha e ultramar, remetta a esta camara, para servirem de base á mesma interpegação, todos os documentos e correspondencias, que no mesmo ministerio existirem sobre o mesmo assumpto.—O deputado por Cabo Verde, *Antonio Maria Barreiros Arrobas*.

2.º Requeiro que seja prevenido o sr. ministro da marinha e ultramar de que desejo interpellar o governo, acerca das recompensas devidas aos relevantes serviços prestados na provincia de Cabo Verde, por occasião da epidemia da cholera morbus, que no anno de 1856 flagellou os habitantes da mesma provincia.—O deputado por Cabo Verde, *Antonio Maria Barreiros Arrobas*.

Tem segunda leitura as seguintes propostas:

1.º Renovo a iniciativa do projecto de lei n.º 104 A apresentado por mim na sessão de 1858, sobre melhoramentos no porto e barra de Villa Nova de Portimão.—*Bivar*.

A commissão de obras publicas.

Requeiro que as representações n.ºs 24, 76 e 83 de 1859 das camaras municipaes de Lagos, Albufeira e Lagos, todas pedindo a approvação do mesmo projecto, bem como o officio n.º 22 de abril do referido anno, com documentos e informações que lhe foram pedidas acerca d'este objecto, sejam remetidos á commissão a que o mencionado projecto foi remetido.—*Bivar*.

2.º Renovo a iniciativa do projecto de lei n.º 166-C apresentado na sessão de 1857, pelo sr. José Teixeira de Queiroz, sobre a concessão de sellos para as alfandegas de Vianna, Figueira, e uma das do Algarve á escolha do governo.—*Bivar*.

A commissão de fazenda.

3.º Renovo a iniciativa do projecto de lei sobre a abertura e alinhamento de ruas e praças nas cidades e villas, datado de 8 de abril de 1856, apresentado em sessão de 9 de abril do mesmo anno.—*Moraes Carvalho*.

A commissão de administração publica.

4.º Renovo a iniciativa do projecto de lei n.º 102, da sessão legislativa de 1856, para a extincção do imposto do pescado, substituindo-o mais equitativa e convenientemente, e estabelecendo um monte pio maritimo.—*D. Rodrigo de Meneses*, deputado por Villa Nova de Famalicão.—*Bivar*, deputado por Portimão.—*Francisco Costa*, deputado por Ovar.—*José Joaquim Figueiredo de Faria*, deputado pelo circulo da Povoa de Varzim.

A commissão de pescarias.

5.º Proponho que esta camara recomende ao governo o seguinte:

I Que mande proceder immediatamente aos estudos, projectos, e organogramas das obras que forem necessarias para evitar os gravissimos danos, que o rio Tamega está causando á fertil veiga de Chaves.

II Que do mesmo modo mande proceder aos estudos, projectos, e organogramas das obras que forem necessarias para estabelecer na dita veiga um sistema de irrigação.

III Que, se o governo se não julgar autorisado a fim de mandar executar as obras indispensaveis para o regimen das aguas do Tamega, e para o seu aproveitamento na irrigação da veiga de Chaves, venha pedir a esta camara os meios, que para esse effeito precisa.

Sala das sessões de fevereiro de 1860.—O deputado pelo circulo de Chaves, *Rodrigo de Moraes Soares*.

A commissão de obras publicas.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*—manda para a mesa uma moção, que fica para segunda leitura.

O sr. *Palma*—manda para a mesa alguns requerimentos de sargentos do exercito, pedindo algumas alterações na lei de 3 de março de 1858.

O sr. *Arrobas*—renova a iniciativa de alguns projectos de lei, e pede ser inscripto para apresentar um projecto de lei; e manda para a mesa uma nota de interpegação.

O sr. *Freitas Branco*—manda para a mesa dois requerimentos, pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. *Cancellal*—renova a iniciativa de um projecto de lei.

O sr. *Silva Cabral*—tendo apresentado no dia anterior á constituição da camara uma representação dos habitantes do concelho de Odemira, pedindo providencias sobre a barra de Villa Nova de Milfontes, essa representação ficou sobre a mesa, constando-lhe ter depois sido enviada á commissão de obras publicas, e sendo urgente aquella obra, deseja que a commissão lhe diga se esse negocio tem andado, e em que termos está.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*—a commissão de obras publicas recebeu com effeito a representação, e como n'ella se allude aos estudos que se fizeram, e que devem existir na competente secretaria, requisitaram-se esses estudos, e apenas venham, a commissão lhe prestará a attenção que certamente ella merece.

O sr. *Henriques Secco*—pedira a palavra para explicar durante a discussão que teve lugar n'esta casa nos dois dias ultimos; e no uso d'ella agora, antes da ordem do dia, satisfaria ao que julga um dever da sua parte.

Quizeram alguns oradores declinar de si a responsabilidade de ter promovido o debate que houve; mas toma-a toda. Se deixasse de fallar na segurança publica da Beira, por um de cujos circulos teve a honra de ser eleito deputado, faltava ao seu mais imperioso dever.

Se d'este ponto a questão se desviou para outros, e tomou o caracter politico, não foi esse o seu desejo, nem por isso responde.

Limitou-se a pedir providencias ao governo para garantir a segurança pessoal, já prestando a força publica, já nomeando magistrados administrativos capazes de sustentar a autoridade da lei. Isso era regular. Que fez bem, espera que o futuro o decida; como o passado já pôde attestar da proficiencia dos seus esforços, e de outros, mas poucos cidadãos, que o tem auxiliado no seu justo propósito, com o jornal o *Contabreense*.

Não sabe se disse que os poderes publicos até

1851, deram protecção aos criminosos, ou se disse sómente que eram responsaveis pelo estado de anarchia da Beira.

Em todo o caso não retira nenhuma das asserções que proferira, o que todavia não importa dizer que os poderes publicos quizessem incitar ao crime.

Os poderes publicos até ao anno referido, serviram-se dos principaes chefes, dos desordeiros da Beira, como seus agentes cleitoraes, cujos suffragios aproveitaram. Nomearam-nos seus empregados de commissão e de confiança; e collocaram-nos nos commandos de diversos corpos de força publica; e não obviaram como podiam e deviam a que por todos os modos elles empolgassem os poderes publicos, e tyrannisassem os povos.

Estes e outros factos depõem de que só disse a verdade pura.

Demais para que faltasse a ella, era mister que as leis tyessem sido inefficazes, como já aqui se ponderou; mas não podendo admitir-se este ponto do dilema, fica logo incontestavel a outra parte d'ella, que tem sido impotentes os magistrados.

As provas do que avançou estão bastante desenvolvidas no relatório sobre a segurança publica da Beira, que teve a honra de offerecer ao sr. Marquez de Loulé, quando ministro do reino em 1856, e do qual deu copia a esta camara. Mas não existindo ella já na secretaria respectiva, hoje offerece á mesa o borrão com que ficou para d'elle se extrahir outra copia, e que pôde ser opportunamente publicada se a camara o desejar.

Faz porém a muitos homens politicos do periodo que referir, a justiça de os supprir de todo alheios aos actos de protecção que mencionou; e mesmo aos auctores d'elles em geral, a de orer, que cegos na mira politica, não avaliaram o alcance d'esses actos.

A allusão que o sr. deputado Lopes Branco suppoz elle fizera aos accordios da relação do Porto, absolutórios de alguns dos criminosos da Beira, estava fóra do alcance das palavras, de quem só fallou da responsabilidade dos poderes publicos até 1851.

Mesmo assim, visto que s. ex.ª teve a bondade de se referir á sua humilde opinião, pronunciada ha dois annos n'esta casa sobre esses accordios, deve hoje repetir, como hontem o fez, que o seu juiz é hoje o mesmo como outrora o foi, de accordo n'este ponto com o voto da imprensa periodica, e mesmo juridica d'esse tempo. Os fundamentos apresentados no mesmo relatório, e para elle remette o digno e integro magistrado, louvavel por vir em defeza dos seus collegas.

Se com o desagrado de alguns, profundou até á raiz dos males, o seu fim foi tornar conhecido o remedio, e pedir que o applicuem.

Nem a politica, nem os odios pessoais entraram pela minima parte no seu procedimento, e julga que o modo como se houve durante as duas sessões o prova assás.

O sr. *Pinto de Magalhães*—manda para a mesa o requerimento de um empregado do conselho ultramarino, em que pede que se tome em consideração o que expõe, quando se tratar do mesmo conselho ultramarino.

O sr. *Plácido de Abreu*—manda para a mesa o diploma do sr. deputado pelo Sabugal, Francisco de Paula Pinto Tavares, declarando que o mesmo senhor o encarregará de communicar á camara que não tem podido comparecer por motivo de doença, o que fará mais o breve que lhe seja possível.

O sr. *C. José Nunes*—chama a attenção do sr. ministro das obras publicas acerca do estado em que se acha a estrada marginal da Ribeira de Alcantara que vai ao sitio da Ponte Nova, causando grandes transtornos ás fabricas que ali se acham aglomeradas, em consequencia de ter desabado a parte da muralha que sustentava as terras que estavam sobranceiras á mesma estrada, e pede a s. ex.ª que tome este negocio em toda a consideração.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Souza)—a estrada a que se refere o illustre deputado não é das estradas geraes que incumbem ao governo construi-la, e por consequencia reparar-la; no entretanto é de grande interesse para a capital e seus suburbios; e não tendo as camaras municipaes de Lisboa e de Belem, meios sufficientes para a construir ou reparar, o governo não dividiu empregar algumas sommas das que foram votadas para as estradas, para a desobstrução d'aquella estrada, que effectivamente se desobstruiu, mas infelizmente vieram novos desabamentos que inutilisaram os trabalhos feitos. No entanto o governo trahirá de a melhorar.

O sr. *Afonseca*—chama a attenção do sr. ministro da fazenda acerca do tratado ha pouco celebrado, entre a Inglaterra e a França, tratado que não pôde trazer senão uma revolução economica em todos os paizes que habitam ambos os hemispheros.

Quando a imprensa periodica de um e do outro lado da Mancha pintavam já com horrores cores uma invasão sobre as costas de Inglaterra; quando quarenta naus de linha estavam prestes a sair do Cronstadt francez, a bahia de Cherbourg, para ir despejar nas costas de Inglaterra com mil zuares; quando a trombeta da guerra parecia já ouvir-se nos reconceiros de ambos os paizes; quando tudo ameaçava a dissolução e a morte; de repente dissipam-se as nuvens que enegreciam aquelles horizontes, e são substituidas por um sol radiante, debaixo da forma de um tratado de commercio celebrado entre as duas nações rivaes.

A França, o paiz mais proteccionista que se conhece, á excepção das duas nações da Peninsula, baixou os seus direitos protectores de 150 e 200 a 30%.

É este um acontecimento tão extraordinario e imprevisivel, que na realidade não pôde senão affectar consideravelmente o nosso commercio em geral, e dos vinhos especialmente; acontecendo o mesmo áquellas nações que se não collocaram no mesmo pé que a França se collocou.

Alguem ha que pôde querer desançar sobre um principio que effectivamente existiu, e vem a ser, que Portugal será considerado em todos os tratados que a Inglaterra fizer, como a nação mais favorecida; existe essa disposição, mas é força dizer o que ha decida do ultimo tratado com a Inglaterra.

O ultimo tratado com a Inglaterra espirou do direito em 1852; havia n'esse tratado uma disposição que marcava — que o tratado não se poderia dar por findo senão quando qualquer das nações, que o quizesse dar por acabado, o declarasse doze mezes antes; no entretanto o tratado actualmente celebrado entre a Inglaterra e a França colloca-nos em uma situação muitissimo duvidosa.

Temos, é verdade, doze mezes para cuidar dos nossos arranjos economicos, e fazer face a esta grande eventualidade.

Está persuadido que nem a Inglaterra, nem especialmente a França, tendo desido os seus direitos de importação e exportação, podem de maneira alguma soffrir a concorrência de Portugal aos respectivos mercados, a menos que Portugal se colloque na mesma situação em que a França se collocou. No tratado ultimamente feito com a Inglaterra e a França se diz, que os direitos dos vinhos ficam iguaes para todas as nações até ao 1.º de abril de 1861, tendo graves apprehensões, que depois d'esta data a Inglaterra se reserve o direito de fazer tratados parciais com as diversas nações que entrarem no caminho das reduções.

E a respeito d'esta situação que deseja ouvir o sr. ministro da fazenda, e conhecer quaes as idéas do governo a este respeito; dirige-se a s. ex.ª não só por entender que a questão é pura e simplesmente uma questão de fazenda, por isso que importa a redução de direitos, e estes não podem senão ser encarrados pelo lado do fisco; mas também porque o ministerio é solidario.

Conclue mandando para a mesa um projecto de lei.

O sr. *Ministro da Fazenda* (Casal Ribeiro)—como muito bem acaba de dizer o illustre deputado, o ministerio é solidario; as idéas de um ministro não podem deixar de ser as idéas de todos os membros do governo, sobre todas as questões graves e importantes.

Não ha duvida que a questão de que se trata é uma questão pura e exclusivamente financeira: a questão das pautas não pôde deixar de se considerar debaixo do ponto de vista dos interesses fiscaes, e muito attendivel é, sobre tudo para nós, nas circumstancias financeiras em que nos achamos, como já o declarou em outra occasião, e o declara agora, salvas circumstancias muito excepcionaes, salvo quando motivos muito ponderosos obrigassem o governo a vir propor á camara uma alteração nas pautas, tendente a diminuir consideravelmente a receita publica. Mas não é só debaixo d'este ponto de vista que tem de se encerrar a questão; é ainda em relação aos interesses dos diversos ramos de commercio e industria, seja qual for a escola em que, theoreticamente fallando, cada um se ache filiado. Por mais que em theoria e doutrina se abraçam os principios da mais ampla liberdade de commercio, é também inevitavel por outro lado que se não podem desconhecer os factos, deixando-se de se attender a interesses creados á sombra de uma legislação proteccionista; e a retirada d'essa protecção em parte nenhuma se faz, nem pôde fazer-se de repente, indo-se directamente de encontro a esses interesses legitimamente creados.

Em relação especialmente ao objecto de que trata o illustre deputado, a explicação que pôde dar a s. ex.ª por parte do governo, é que não podia por certo o governo, logo que se fallou de uma convenção commercial entre a França e a Inglaterra, deixar de ter em toda a attenção um objecto tão importante, e por isso immediatamente fez o que estava ao seu alcance: deu as instrucções convenientes ao representante do Portugal na corte de Londres, para que seguisse attentamente aquelle negocio; que pugnassem pelos nossos direitos e pelos nossos interesses; que os fizesse valer, já firmando-se nas disposições do tratado, e já nos principios de igualdade para com todas as nações, que a Inglaterra é a primeira a reconhecer e a manter.

Hoje são conhecidas não só as disposições do tratado, mas as explicações que sobre elle foram feitas pelo governo inglez no parlamento britannico; e essas explicações são, no seu modo de entender, completamente satisfactorias, e tornam desnecessaria da nossa parte qualquer instancia, para que se tornem extensivos esses principios, que o governo mostrou estar disposto a manter para com todas as nações.

Mas a Inglaterra não se limitou a reduzir os direitos sobre o vinho e sobre os objectos comprehendidos no tratado ultimamente celebrado com a França; o governo inglez acaba de propor ainda outras reduções das quaes nenhum desfavor, antes vantagem pôde vir ao nosso commercio; e não só reduções, mas também a abolição de direitos. Parece-lhe portanto que em relação ao tratado celebrado entre a França e a Inglaterra não ha para nós justo recio de que nos seja desfavoravel, e as idéas propostas pelo governo inglez ao parlamento são em nossa vantagem, porque ha redução de direitos e abolição de outros em relação ás fructas e outros objectos que exportamos.

Não quer dizer que a nossa legislação dancieira seja perfeita e não precise de reforma, mas também não pôde deixar sem observação a asserção que o illustre deputado acaba de fazer, que á excepção das duas nações peninsulares, era a França a nação mais proteccionista. A França hoje é ainda mais proteccionista do que nós. Sem duvida ha na nossa pauta direitos elevados, mas comparada a nossa legislação dancieira com a de França, não se pôde dizer que somos mais proteccionistas do que aquelle paiz. Ninguém ignora que a pauta extremamente protectora não é a que produz maior interesse para o fisco, e nós somos um dos paizes que mais proveito tira das suas alfandegas. As nossas alfandegas produziram ainda em 1858 a 1859 proximoamente 4.500.000.000 réis, e o rendimento das alfandegas de Hespanha vem calculado no orçamento para 1860 em 240.000.000 de reales; quer dizer, n'uma quantia pouco superior ao dobro do que produzem as alfandegas portuguezas. Se compararmos, pois, a população de Portugal com a de Hespanha, não podemos deixar de reconhecer que as nossas alfandegas produzem relativamente muito mais, e isso provém naturalmente de que a nossa legislação fiscal é já-mais livre do que a legislação hespanhola. O rendimento das alfandegas francezas foi calculado no orçamento de 1859 em pouco mais de 200.000.000 francos, proximoamente 37.000.000.000 réis, isto é, oito vezes mais do que produzem as nossas alfandegas, o que, attendendo-se á população e á riqueza e florescencia do commercio em França, dá um resultado muito vantajoso para Portugal. Os rendimentos das alfandegas da Belgica estão calculados no ultimo orçamento em 13 milhões e meio de francos, o que é pouco mais de metade do que rendem as alfandegas de Portugal. Já se vê que, por esta comparação, não se pôde dizer que as pautas portuguezas são as mais proteccionistas, nem por outro lado se pôde deixar de reconhecer, que o governo deve caminhar com toda a prudencia e cautella nas reformas que digam respeito a um assumpto tão importante.

O nobre deputado sabe que embora seja um principio economico, geralmente assentado e reconhecido, que as reduções de direitos quando são fortes e reidem em generos, cujo consumo é geral, ou tende a generalisar-se, produzem augmento de consumo, e d'esse augmento de consumo vem mais tarde, directa e indirectamente a lucrar o thesouro, não é também menos certo que essas reduções produzem immediatamente desfalque na receita publica. Nas circumstancias presentes mesmo, a França entrando no caminho em que ultimamente entrou, não acredita por isso que ha de deixar de soffrir uma forte diminuição nos seus rendimentos, e para occorrer a essa diminuição applica valiosos recursos. Por outro lado o chanceller do exchequer em Inglaterra, também reconhece que as reduções que propõe hão de produzir diminuição de receita, e propõe meios ao parlamento, que todos derivam do *income tax*, para occorrer a este desfalque.

Resumindo, entende que o governo fez tudo quanto podia fazer, mandando as instrucções convenientes ao nosso ministro em Londres, para que promovesse que os nossos interesses não fossem lesados firmando-se nos principios e no direito. E-firmado-se no direito, porque effectivamente o tratado de commercio que em 1842 fizemos com a Inglaterra não expirou, como disse o sr. deputado. Esse tratado continua em vigor em quanto não for denunciado, e não ha facto nenhum, por ora, nem da parte do governo inglez, nem da parte do governo portuguez, denunciando o tratado. Esse tratado estabelece o principio de reciprocidade; d'elle deriva o nosso direito, e poderíamos reclamar perante o

governo inglez, firmados n'esse direito; mas essa reclamação torna-se desnecessaria depois das declarações do governo inglez no parlamento.

O sr. *Afonseca*—não obstante estar convencido de que o sr. ministro da fazenda e os seus collegas desejam tanto como elle promover a prosperidade do paiz, contudo as suas apprehensões não cessaram com as explicações que s. ex.ª deu. S. ex.ª disse, que o ministerio deu as instrucções necessarias ao nosso agente na corte de Londres, para cuidar attentamente d'este negocio e tirar d'elle todo o partido a favor do paiz; mas é preciso que se convença primeiro de que a França, desdendo os seus direitos protectores de 200 a 30%, e isto para promover a introdução do seu principal genero que são os vinhos, em Inglaterra, não ha de soffrir pacientemente a nossa concorrência nos mercados d'aquelle paiz.

Longe de estar convencido d'isto, acredita que a França ha de empregar todos os meios ao seu alcance para desviar Portugal d'aquella concorrência. Acredita mesmo, que o governo teve insinuações de alguns dos governos a que allude, para que se collocasse no mesmo pé em que se collocou a França, para se livrar de complicações que, de futuro, podem ter logar.

Diz a s. ex.ª que as nossas pautas são muito liberais. Põem-se e chamar por ventura liberas umas pautas que têm 300% a favor dos vidros, e que têm 200 e 250 em favor de outros objectos? Quem ignora que a receita está sempre na razão inversa do direito? E que quanto mais alto é este, menor é aquella?

Diz a s. ex.ª que ha uma differença muito grande entre a theoria e a pratica dos principios economicos: o que é inconcuso, o que é incontestavel, é que o homem deve fabricar aquillo que elle pôde produzir mais barato do que outro, mas deve sempre comprar ao outro, isso que esse outro é capaz de produzir mais barato do que elle. Do contrario era o mesmo que se descesse as cortas geracs e ordinarias da nação portugueza decretam que o consumidor compre a Antonio por 10 e que José lho pôde vender por 5.

Não quer matar a nossa industria; quer livra-la de um poderoso concorrente o contrabando, contrabando que se pôde bem definir «o poder moderador dos direitos excessivos».

Quer que as industrias que podem viver á sombra de uma protecção rasoavel, vivam, mas não quer que se lance uma violenta contribuição sobre a communhão inteira em favor de uma duzia de homens que se dizem fabricantes. Dá-se á industria portugueza 25% de protecção; estes 25 com 15 mais, em que importam os seguros, as comissões, os transportes, sommam 40%; e o industrial portuguez que não pôde medrar com este favor, deve applicar os seus talentos a cousa mais proficua a elle e ao paiz.

Em recapitulação dirá, que não cessaram as suas apprehensões; que apesar do que disse ha pouco o sr. ministro da fazenda, receia muito que de abril de 1861 em diante os nossos vinhos fiquem em grande desfavor, mesmo se for por diante o grau alcoolico, porque os nossos vinhos, ainda os mais baixos, têm mais força alcoolica do que os francezes.

O sr. *Faustino da Gama*—quando assignou a nota de interpegação que annunciou o sr. deputado Afonseca, ignorava, como muita gente, se por parte do governo inglez se tinha dado ao nosso o aviso dos doze mezes, que se exige pelo artigo 19.º do tratado de commercio feito com a Inglaterra por dez annos em 1842, aviso que era necessario fazer para se poder considerar acabado o fim do dito tratado. Hoje está mais desancado, em vista das declarações feitas no parlamento britannico, e pelo que diz o sr. ministro da fazenda, que o governo teve o cuidado de lembrar ao nosso ministro, em Londres, que olhasse com séria attenção para o que se passava a respeito do tratado de commercio com a França, e conhecendo bem de perto as qualidades que distinguem o nosso embaixador em Inglaterra, não duvida que não irão á revelia os nossos interesses. Confia, pois, na justiça que temos de ser sempre considerados como a nação mais favorecida; direito que nos dá não só o ultimo tratado que não caducou, como supple o sr. deputado Afonseca, seu amigo, mas que está em todo o seu vigor, por isso que o nosso governo não teve o aviso d'elle não continuar, conforme é expresso no citado artigo 19.º, mas alem d'isso, no interesse da Inglaterra em conservar a amizade do dono do Tejo.

Também sente não concordar com o illustre deputado, que quer que desde já se façam grandes reduções na nossa pauta, com as quaes de certo se não conseguiriam os fins a que se propõe o illustre deputado, antes é conveniente meditar e resolver com conhecimento

algumas propostas: uma, por exemplo, reduzindo os direitos da aguardente; outra, reformando e estabelecendo uma base mais livre à legislação vinícola do Douro; e outra, sobre marcas de fábricas; assim como apresentará também reformas, que devem concorrer poderosamente para que o nosso commercio não só não seja prejudicado, mas aproveite o mais possível com as alterações que a Inglaterra entender dever fazer a este respeito.

O sr. *Faustino da Gama*:— sente que o sr. ministro da fazenda tivesse a indiscrição de dizer que vae baixar os direitos na aguardente. Tacs revelações não se fazem, senão quando se levam logo a effeito, como se pratica em outros parlamentos. O sr. ministro com esta declaração faz um grande mal ao commercio das aguardentes; por isso que quem as querer agora comprar, a não ser por grande necessidade?

O sr. *Ministro da Fazenda* (Casal Ribeiro):—pe-de a palavra.

O sr. *Presidente*:— como o sr. ministro pede a palavra pela terceira vez tem de consultar a camara sobre se lha deve conceder.

Resolveu-se affirmativamente.

O sr. *Ministro da Fazenda* (Casal Ribeiro):—o governo não pôde por sua propria autoridade fazer reduções nos direitos, tem de a propor ás camaras; e porque a vae propor muito em breve não duvida de manifestar essa tenção, muito menos com relação á aguardente, cujo commercio pelos enormes direitos que paga é impossível, quando os maiores esforços da sua parte não tem bastado para prohibir o contrabando d'este genero, e as necessidades do commercio exigem uma forte porção d'elle para o tempero dos nossos vinhos.

O sr. *Correia Caldeira* (sobre a ordem):— pede ao sr. presidente que recomende á commissão de poderes que com urgencia apresente o seu parecer sobre os diplomas que apresentem os cidadãos eleitos Rodrigo de Castro Menezes Pitta, pelo circulo 7.º (Caminha), e Manuel Bento da Rocha Peixoto pelo circulo 4.º (Barca), porque estes senhores já se acham nos corredores.

O sr. *Nogueira Soares* (sobre a ordem):— manda para a mesa, por parte da commissão de verificação de poderes, o parecer sobre o diploma do cidadão eleito, Francisco de Paula Pinto Tavares, deputado pelo circulo 90.º (Sabugal), e pede que se lhe dê seguimento nos termos do estylo, propondo-se immediatamente á discussão e votação da camara.

O sr. *Sá Vargas* (sobre a ordem):— manda para a mesa o parecer da commissão de verificação de poderes sobre os diplomas dos cidadãos, a que se referiu o sr. Correia Caldeira.

Admitido este parecer á discussão é aprovado.

Admitido também á discussão o parecer apresentado pelo sr. Nogueira Soares, é do mesmo modo aprovado.

O sr. *Presidente*:— em virtude da approvação do primeiro parecer, proclama deputados da nação portugueza os srs. Rodrigo de Castro Menezes Pitta, e Manuel Bento da Rocha Peixoto; e em virtude da approvação do segundo o sr. Francisco de Paula Pinto Tavares.

O sr. *José Estevão* (sobre a ordem):— pede ao sr. presidente que convide a camara, postos de parte todos os outros assumptos, a discutir e a votar o parecer da commissão de poderes sobre a eleição do circulo 100.º (Pronça) a Nova, que ha dias está na mesa, e dado por ordem do dia, porque se acha nos corredores o cidadão eleito por esse circulo.

O sr. *Presidente*:— já tinha tenção de começar os trabalhos da ordem do dia por esse parecer.

Introduzidos na sala os srs. Menezes Pitta e Rocha Peixoto, prestam juramento, e tomam assento.

O sr. 1.º secretario *Mamede*:— informa a camara de que o sr. Rocha Peixoto declarou, no acto do prestar juramento, que opta pelo logar de deputado, deixando o de delegado, que exercen antes de eleito.

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DE PARCERES

Lê-se na mesa o seguinte:

A commissão de verificação de poderes, em cumprimento do dever que lhe foi imposto pela camara, examinou as actas das assembleas de apuramento do primeiro e segundo escrutinio da eleição do circulo de Pronça a Nova, e mais documentos que constituem o processo eleitoral do mesmo circulo, e vem dar-vos conta do resultado do seu exame.

No primeiro escrutinio o numero real dos votantes em todo o circulo foi de 876, cujos votos se distribuíram por quatro cidadãos, obtendo o doutor Francisco José de Moura, Junior, de Villa de Rei, que foi o mais votado, apenas 293, numero muito inferior á maioria absoluta.

Não havendo portanto vencimento no primeiro escrutinio procedeu-se ao segundo, no qual o numero real dos votantes foi de 914, cujos votos se distribuíram entre os cidadãos João Carlos Gamba Mello e Minas e Francisco José de Moura, obtendo o primeiro 617, e o segundo 297. Foi portanto aquelle proclamado deputado pela assemblea de apuramento, por haver obtido não só a maioria relativa, que lhe bastava no segundo escrutinio, mas mesmo muito mais da maioria absoluta.

Na assemblea de apuramento appareceram somente os portadores de actas das assembleas e concelhos de Pronça a Nova e Villa de Rei, faltando os portadores de actas de Villa Velha de Rodão. Declarou-se porém na respectiva acta da assemblea de apuramento, que não vieram portadores de actas de Villa Velha de Rodão por não ter havido ali eleição; e prova-se esta declaração com um auto do presidente, que devia ser da referida eleição, assignado por duas testemunhas, no qual auto se afirma que a eleição não teve logar, por não terem concorrido eleitores que chegassem ao menos para constituir a mesa.

Vem junto á acta da assemblea primaria de Pronça a Nova um protesto do cidadão Antonio Eduardo de Moura contra a validade da mesma eleição, com os seguintes fundamentos:

1.º Que votaram muitos individuos que não estavam recensados;

2.º Que não se concluiu a eleição no primeiro dia, domingo 22, e exigindo elle protestante a contagem das listas, lhe não fôra concedida;

3.º Que no dia 23, pedindo o mesmo protestante que as decargas se contassem em voz alta, para que todos ouvissem, também o seu pedido não fôra attendido.

A mesa repelle como calumnioso o primeiro fundamento do protesto; allega quanto ao segundo que as listas não foram contadas por não terem passado as duas horas a que se refere o artigo 67.º do decreto eleitoral de 30 de setembro; e enfim, quanto ao terceiro, que a decarga e contagem das listas fôra feita na conformidade da lei.

A commissão de verificação de poderes, attendendo a que o primeiro e terceiro fundamentos do protesto são meras asserções sem provas, que foram negadas pela mesa, e que como factos não podem presumir-se;

Attendendo a que, como quanto não seja admissivel a interpretação que a mesa fôra dar ao artigo 67.º do decreto eleitoral de 30 de setembro, e fosse muito mais regular o terem-se contado as listas quando se concluíram os trabalhos eleitoraes no primeiro dia, não é contrario á falta de contagem uma irregularidade tão importante, que só e sem mais fundamentos deva produzir a nullidade da eleição, porque da acta se mostra, e o protestante não ne-

gou, que se tomaram outras precauções legais para assegurar a pureza da urna, nem ha suspeita de que ella fosse viciada;

Attendendo finalmente a que não ha em todo o processo eleitoral nullidade ou irregularidade alguma que possa influir no resultado da eleição, ou outro protesto ou reclamação contra ella; é de parecer a vossa commissão que a eleição de Pronça a Nova deve ser approvada, e proclamado deputado da nação o cidadão João Carlos Gamba Mello e Minas, por haver apresentado diploma em forma.

Sala da commissão, em 17 de fevereiro de 1860.

— José Marcellino de Sá Vargas — Justino Antonio de Freitas — Rodrigo Nogueira Soares Vieira.

O sr. *Presidente*:— está em discussão.

O sr. *Xavier da Silva*:— não podendo, pelo exame a que procedeu d'este processo, tanto no primeiro escrutinio como no segundo, saber se a lei eleitoral foi executada, por que das actas das duas assembleas que constituem o circulo, por não ter havido eleição na assemblea de Villa Velha de Rodão, não consta nem a comparência dos parochos e regedores nem a do administrador do concelho, deseja que a commissão lhe diga o motivo que houve para assim acontecer.

Ao mesmo tempo vendo, pelo exame da acta de Pronça a Nova, que as pessoas que constituíram a mesa no segundo escrutinio, começando pelo presidente, não são as mesmas do primeiro, o que é contra o artigo 99.º da lei eleitoral, deseja que a commissão lhe diga em que baseou o seu parecer para concluir que não encontrou no processo irregularidade alguma de que podesse resultar a nullidade da eleição.

O sr. *Nogueira Soares*:— é verdade que se deram ás irregularidades que o illustre deputado acaba de notar, mas a questão é se são irregularidades essenciaes de cuja existencia dependa a validade do processo eleitoral, e a commissão entendem que não eram de tal ordem.

A lei com effeito determina que assistam á eleição os parochos e regedores para verificarem a identidade dos eleitores; mas uma vez que ninguém protestou na assemblea contra a identidade d'elles, e ao contrario foi ella provada pela mesa, a commissão entendem que se podia dar por verificada e que dahi não podia resultar nullidade para a eleição.

Também é um facto o dispor a lei no artigo 99.º, que assistam ao segundo escrutinio os mesarios que o foram do primeiro, mas, podendo elles ir ou deixar de ir, porque são eleitores como os outros, como não appareceram era necessario proceder-se á eleição de segunda mesa, e se a lei ao mesmo tempo determina que nem por falta do presidente se pôde deixar de proceder á eleição, e que ao cabo de certo prazo escolham os eleitores um presidente, o mesmo principio da lei por uma razão de maior para menor se deve applicar aos outros mesarios. Não ha portanto nisto irregularidade alguma ou illegalidade essenciaal, em virtude de que a commissão não podesse manter a conclusão do seu parecer.

A commissão, tendo dado á camara conta fiel de tudo quanto podia haver de mais importante no processo com respeito á eleição, e não procedendo o protesto de um cidadão contra uma das eleições, protesto que vem transcripto na sua summa no parecer, entende que, apesar das observações do illustre deputado seu amigo, deve apprová-se esta eleição.

O sr. *Xavier da Silva*:— seria confiar com o seu proceder, se depois de ter questionado algumas eleições que apresentavam certas irregularidades, ficasse silencioso a respeito d'esta.

Não duvida da verdade da eleição, porque tem o conhecimento pessoal dos cavalheiros que constituíram as duas mesas, e sabe que nenhum d'elles era capaz de praticar actos que não estivessem marcados na lei; mas a verdade é que as eleições não se julgam por supposições.

A lei determina que as mesas não possam funcionar antes da hora marcada, e sem estarem presentes o parochos e o regedor para conhecerem da identidade dos eleitores, e o administrador do concelho para fiscalisar o acto, e, quando algum d'elles não possa comparecer, que nomeie pessoa idonea que o substitua; mas as actas não mencionam nem se elles estiveram presentes, nem quem os foi substituir, nem tão pouco dizem as razões que se deram para não constituírem a mesa do segundo escrutinio na assemblea de Pronça a Nova os mesarios do primeiro escrutinio, o que torna o processo irregularissimo. É bom que a camara tenha o desejo de desculpar certos actos que muitas vezes se praticam por falta de conhecimento, mas não se leve a tanto esse desejo!

Pelo que respecta ao protesto, também o viu, assim como a resposta que a mesa dá nas costas d'elle. O protesto diz que por tres ou quatro cidadãos votaram outros em logar d'elles; e a mesa impugna essa asserção.

Acredita na mesa, porque como já disse conheço o caracter dos individuos que a constituíram; mas se tres ou quatro votos fizessem questão n'este negocio, havia de propor a eleição.

E conclue dizendo que não se oppõe a que a eleição se approve; não pode porém deixar de notar que ella tem irregularidades, que bom será que do futuro não se repitam.

Submette-se á votação o parecer, e é aprovado.

O sr. *Presidente*:— em virtude da approvação d'elle proclama deputado da nação portugueza o sr. João Carlos Gamba Mello e Minas.

Introduzido na sala, presta juramento e toma assento.

Em seguida entra em discussão na generalidade o seguinte projecto de lei:

Senhores.—Em 11 de novembro ultimo o governo pediu ás cortes authorisação para prorogar os prazos estabelecidos no artigo 8.º e seus §§ da carta de lei de 29 de julho de 1854, para a troca e giro das moedas de ouro e prata mandadas retirar da circulação pela mesma lei, com tanto que aquella prorrogação não excedesse a 31 de janeiro de 1861. Esta authorisação não pôde ser votada, porque as cortes foram logo dissolvidas.

A troca e giro daquellas moedas cessava legalmente em 31 de janeiro passado, porque acabava então o prazo estabelecido na lei de 29 de março de 1859; e o governo, julgando prejudicial a interrupção da circulação das ditas moedas, ordenou aos thesoureiros ou encarregados dos cofres em que se arrecadavam os rendimentos publicos, que não podessem a menor duvida em continuar a receber, depois do indicado dia 31 de janeiro, as moedas de ouro e prata a que a citada lei de 29 de março se referia; e participou ás direcções dos diversos estabelecimentos de credito, que muito convivia á camara publica que, nas operações que tivessem logar pelos seus cofres em quaisquer districtos do reino, fossem similhantemente recebidas aquellas moedas, convite a que as direcções de todos os estabelecimentos immediatamente annuiam.

O governo renova hoje a sua proposta de 11 de novembro ultimo.

A commissão de fazenda, encarregada de dar o seu parecer sobre este assumpto; considerando que a continuação da circulação das moedas de ouro e prata de que se trata é, por ora, de vantagem publica, pois que a sua retirada repentina causaria perturbação na economia do estado; considerando que as providencias que o governo tomou para a continuação do seu curso desde 31 de janeiro ultimo produziram satisfactorios resultados; e que a ultima commissão de parecer, de accordo com o governo, que a proposta seja convertida no seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É authorisado o governo para prorogar os prazos estabelecidos no artigo 8.º e seus §§ da carta de lei de 29 de julho de 1854, para a troca e giro das moedas de ouro e prata mandadas retirar da circulação pela mesma lei, com tanto que esta prorrogação não exceda a 31 de janeiro de 1861.

Art. 2.º É também renovado até 31 de janeiro de 1861 o beneficio concedido aos particulares, bancos e associações pelo artigo 2.º da lei de 24 de abril de 1856.

Art. 3.º É relevado o governo de qualquer responsabilidade em que tenha incorrido pelas providencias que tomou sobre a continuação do giro e troca das moedas de ouro e prata mandadas retirar da circulação.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala da commissão, 17 de fevereiro de 1860.— Antonio José d'Avila—Augusto Xavier Palmeirim—Joaquim Gonçalves Mamede—Antonio Rodrigues Sampaio—Carlos Cyrillo Machado—Justino Antonio de Freitas—Joaquim Thomás Lobo d'Avila—F. J. da Costa Lobo—Augusto Xavier da Silva—Rodrigo Nogueira Soares Vieira—Thomás de Carvalho.

É approvado na generalidade.

A requerimento do sr. Mello Soares dispensa-se o regimento para entrar já em discussão na especialidade.

Art. 1.º—approvado.

Art. 2.º—approvado.

Art. 3.º—

O sr. *Carlos Bento*:—approva este artigo, mas entende dever declarar, que desajaria antes que tal artigo não tivesse apparecido, ou que não tivesse havido necessidade d'elle apparecer.

O governo na sessão passada apresentára á camara uma proposta de lei para que o prazo para o giro e troca das moedas mandadas retirar da circulação fosse ampliado: esta proposta, convertida em projecto de lei pela commissão de fazenda, entrou em discussão, e se não chegou a ser approvado, foi porque um facto importante teve logar, qual foi o da dissolução da camara.

Em consequencia d'isto o governo entendem, que cessando legalmente a troca e giro daquellas moedas em 31 de janeiro d'este anno, devia ordenar, por meio de uma portaria, aos thesoureiros ou encarregados dos cofres, em que se recebem os rendimentos publicos, que continuassem a receber as mesmas moedas, praticando assim um acto que nenhuma lei authorisa.

Entende que é conveniente que bills de indemnidade sejam concedidos nisto exclusivamente nos casos e motivos imprevistos, que impeçam o governo de cumprir com a lei, como é seu rigoroso dever: quer parecer-lhe, que se o governo tivesse sido convenientemente authorisado para a ampliação dos prazos, nas circumstancias actuaes, não teria sido obrigado a aceitar o bill de indemnidade.

Quer também declarar, que, de se não ter authorisado legalmente o giro das moedas mandadas retirar da circulação, graves consequencias poderiam resultar para o paiz: felizmente não aconteceram assim, e o sr. ministro, pela sua parte, tratou de tomar algumas medidas que podessem atenuar os inconvenientes de haver em circulação uma moeda que tinha acabado o prazo em que era reputada legal.

Approva o projecto, mas sente que o parlamento tivesse necessidade de conceder um bill de indemnidade por um facto que não é d'aquelles em que tales bills se costumam dar.

O sr. *Silva Cabral*:— quer fazer uma declaração muito succinta, votou pelos artigos 1.º e 2.º porque entendem que eram convenientes ao paiz, e até mesmo indispensaveis, mas não pôde votar pelo artigo 3.º, porque a sua consciencia lhe diz que a causa moral de se ter infringido a lei está nos proprios srs. ministros, e então não pôde votar por elle.

Quiz fazer esta declaração para que se conheça que votou pelos dois primeiros artigos do projecto, porque as conveniencias publicas exigem que continue este estado, que aliás não tem relação com os srs. ministros, ou que a elles se possa attribuir, e vota contra o terceiro porque não está disposto a dispensar causa alguma com relação á infracção da lei, quando não venha de uma causa urgentissima, e que esteja fóra da cogitação dos homens.

O sr. *Ministro da Fazenda* (Casal Ribeiro):— responde os escrupulos extremos do illustre deputado que primeiro começou a fallar, e o horror que lhe causou a portaria, pela qual o governo disse aos thesoureiros e recebedores das rendas publicas que não possessem duvida em receber as antigas moedas, na certeza de que havia de ser em tempo opportuno apresentada ás cortes a competente proposta para que continuasse o curso legal d'estas moedas.

O governo não declarou por acto de dictadura que as antigas moedas mandadas retirar da circulação, e cujo curso findava em 31 de janeiro, eram moedas legais, e que como tales os particulares eram obrigados a recebe-las e aceita-las. O governo limitou-se apenas a ordenar que fossem recebidas nos cofres publicos, unico ponto este, em que, se assim o quizerem, a lei não foi rigorosamente executada, mas ponto, cuja gravidade deixa ao bom senso da camara apreciar, assim como deixa ao seu bom senso apreciar se actos d'esta ordem não têm sido repetidos em todas as administrações como actos simples e de pura administração, sem que se tenha vindo pedir bills de indemnidade, ou se por actos d'esta ordem se costumam dar bills de indemnidade.

Mas a commissão de fazenda, julgando que podia haver alguns escrupulos, pelos quaes se julgasse menos regular esta medida, entendem que se devia relevar o governo por ter tomado esta medida, no que o governo não teve duvida em concordar.

Os illustres deputados que o precederam derivam de um facto que houve, a necessidade de se adoptar esta medida. É verdade que o governo apresentou na ultima sessão a proposta para que os prazos fossem prorogados, e esta proposta chegou a ter parecer e a entrar em discussão, mas n'esta occasião sobrevio a dissolução da camara. A responsabilidade que o governo toma pelo conselho que deu á coroa n'este facto, não a declina (apoiados), e essa responsabilidade o parlamento pôde julgar-na a occasião que entender mais opportuna.

Por ora limita-se a dizer que a doutrina do governo é considerá-lo responsável por esse facto (apoiados).

O sr. *Faustino da Gama*:— está persuadido de que um bill de indemnidade só pode ser justificado pelo ministro ou governo que o pede, quando este prove exuberantemente que não cumpriu o preceito que a lei lhe impunha, porque força maior o não deixou cumprir.

Estará o sr. ministro da fazenda e com elle os seus collegas n'este caso? Crê bem que não, porque tendo o sr. ministro apresentado a proposta de lei na camara transacta para se prorogar o prazo que permitia a circulação, como de moeda legal, ás velhas moedas de prata, etc., e tendo esta sido approvada pela respectiva commissão, porque a não fez passar, e converter em lei? Porque não quiz. Porque queria a camara dissolvida. Foi pois, não força maior que obrigou o governo, foi sua propria e unica vontade em desprezo das formas constitucionaes. E que é o sistema representativo sem as formas? Nem se satisfaz com o que agora diz o sr. ministro que quer ser a primeira victima, se a camara julgar assim. Não senhor, nem elle sr. deputado quer que o sr. ministro por isto seja victima, o que elle

quer, e o que quer a camara de certo é respeito e acatamento ás leis, e a fiel observancia dos seus preceitos.

O sr. *R. Sampaio*:— o illustre deputado que encetou a discussão, o sr. Carlos Bento, teve sentimento pela necessidade que motivou o artigo que se discute, mas vota por elle: portanto, está do lado da commissão e dos que defendem o projecto, porque também estes têm o mesmo sentimento, e acham-n'o muito louvavel.

A questão é com os que votam contra o artigo.

O ministerio pelo facto da apresentação da sua proposta ás cortes, mostrou que entendia não ter infringido a lei, e a commissão de fazenda teve escrupulos sobre este ponto: parte d'ella achou, pelo menos, o caso duvidoso.

O governo não obrigou ninguém a aceitar aquella moeda. Todos os particulares que a quizessem receber, rejeitavam-na, mas disse aos seus funcionarios que o recebimento das rendas do estado a recebessem, e pediu aos estabelecimentos de credito que o coadjuvassem n'este ponto a bem dos interesses publicos, ao que elles da melhor vontade annuiam.

Havia dois direitos, o direito da dissolução, e a obrigação de prorogar os prazos para o giro e troca das moedas; e se pela falta de uma lei podesse estar suspenso em todas as outras partes o exercicio dos poderes do estado, é uma questão digna de ventilar-se. E declara que já algumas vezes tem feito as mesmas accusações, mas também é facto incontestavel que nunca os governos fizeram caso d'ellas, mesmo aquelles que hoje argumentam como elle (orador) argumentava então. Os poderes publicos procedem por outras razões. Já viu dissolver camaras sem a approvação dos orgamentos, e já viu decretar a continuação de orgamentos passados.

No caso presente a commissão quiz ser strictamente rigorosa, ainda que podia questionar se o governo tinha ou não infringido a lei, quiz dar-lhe este peccado, e conceder-lhe o bill de indemnidade que o governo não teve duvida em aceitar, entendendo que era melhor estabelecer um bom precedente, do que sustentar uma doutrina que para alguns podia ser duvidosa.

O sr. *Carlos Bento*:— parece-lhe não ter sido rigoroso para com o governo quando fallou da primeira vez.

Disse então que era uma verdade que todos os governos têm vindo pedir bills de indemnidade que todas as opposições têm accusado por este motivo, e todos os governos se têm defendido, mas que lhe parecia conveniente distinguir entre os casos em que o bill de indemnidade tinha toda a desculpa, e aquelles em que esta razão se não dava.

Não disse que negava o bill de indemnidade, mas disse que lhe parecia que esta era uma d'aquellas occasiões em que julga não ter uma grande justificação.

Também lhe pareceu que o governo tendo proposto na sessão passada uma lei ao parlamento, é porque entendem que era necessario authorisação para continuar a troca e giro das moedas, e se fez com que o parlamento deixasse de funcionar, a responsabilidade de não se ter votado essa medida é sua.

Não accusa o governo de ter committido um attentado, mas não pôde deixar de dizer que se tivesse promovido em tempo competente a approvação d'esse projecto, ter-se-ia achado no caso de não precisar de bill de indemnidade.

O sr. *Nogueira Soares*:— parece-lhe que se não trata agora de saber se, a dissolução da camara passada, foi bem ou mal feita; esta questão já foi resolvida pelo paiz e ha de ser tratada na discussão da resposta ao discurso da coroa, se os illustres deputados a quizerem ali tratar.

A questão é saber se o governo fez bem ou não em tomar a medida que tomou; e como deputado e membro da commissão de fazenda, entende que o governo fez bem.

O governo não impoz aos particulares a obrigação de receberem a moeda que já não era legal: o ministro da fazenda pediu aos bancos que a recebessem, e os bancos e estabelecimentos de credito acceberam ao convite, e ordenou ás estações publicas que recebessem as antigas moedas que já não tinham o curso legal, e se houve exorbitancia foi n'este ponto.

Portanto, votar pelo parecer da commissão, e entender que deve dar-se o bill de indemnidade ao governo, que elle não pediu porque entendia que não carecia d'elle, mas que a commissão por excesso de escrupulo entendeu lhe devia dar.

O sr. *Silva Cabral*:— reconheceu a conveniencia da medida que se apresentou para a continuação do giro e troca da moeda, e por isso votou pelo artigo 1.º e 2.º. A declaração que fez foi um acto proprio da sua consciencia, pela sua posição inteiramente especial.

Uns podem pensar que o governo n'este ponto foi forçado a tomar aquella medida em consequencia de circumstancias extraordinarias, e outros podem pensar o contrario como elle (orador) pensa, por motivos particulares que não pôde declarar.

Sabe muito bem que os srs. ministros foram prevenidos de que haviam de infringir a lei, e portanto, era conveniente que demorassem o acto que iam praticar, e não era mais vinto e quatro horas que os deviam levar á circumstancia de infringir a lei. E dizer que a infracção de uma lei não é crime grave, é desconhecer os principios estabelecidos na carta.

Não accusará os ministros da primeira vez que fallou, e antes mui do proposito procurou os termos mais moderados para declarar um acto proprio da sua consciencia, e foi n'este sentido que fez uma declaração.

Dissora o sr. relator da commissão que ella não tinha tratado da questão, se o governo havia sido levado a este acto por força maior; entende que é exactamente esta questão que principalmente se deve tratar. Se a lei valesse alguma coisa na sociedade, se elle se não torna viú, é claro que ninguém deve deixar de procurar que ella seja observada, porque effectivamente a base da moralidade politica entende que é, sem duvida alguma, o respeito da lei; e quem primeiro deve dar esse exemplo são os srs. ministros. Considero o momento em que se infringir a lei sem consideração alguma, a sociedade não pôde deixar de se julgar em ruina.

Quando fallou da primeira vez, não quiz mais do que fazer uma declaração de consciencia, ou para melhor dizer, de coherencia; mas não pôde, de maneira alguma, admitir o principio que se quer estabelecer de que por uma lei versar sobre objecto mais ou menos importante, deixe de ser infracção da lei, e por consequencia os ministros deixem de ser responsáveis por ella.

Em quanto á concessão do bill de indemnidade, a commissão já decidiu esse negocio, concedendo-o, e a camara naturalmente decide no mesmo sentido; entendendo mesmo que é conveniente decidi-lo assim, porém elle (orador) é que não pôde, n'este ponto, unir o seu voto ao voto da camara.

O sr. *Guilherme Pacheco*:— sustenta que o artigo 3.º da lei que concede o bill de indemnidade ao governo pelas medidas que adoptou na ausencia do corpo legislativo acerca do giro e troca de moedas antigas, deve ser approvado, especialmente pelas vantagens resultantes d'essa mesma medida.

O sr. *Ministro da Fazenda* (Casal Ribeiro):— quer unicamente observar ao illustre deputado, o sr. Silva Cabral, que não contestou, nem ninguém

pois em duvida o direito que assiste a s. ex.ª, de declarar o seu voto, nem mesmo o direito de manifestar á camara os fundamentos d'esse voto.

Em quanto á necessidade de ser relevado o governo pela responsabilidade dos actos que commetteu, crê, e crê sinceramente que podia sustentar com boas razões que não houve infracção de lei, por isso que mesmo na lei de 29 de julho de 1854 se estabelece, que as moedas retiradas da circulação continuariam a ser recebidas nos cofres publicos um mez depois de findo o prazo para a troca. Podia, portanto, sustentar com boas razões, que não houve infracção alguma de lei. Entretanto, suscitando-se duvidas a este respeito, se estava ou não perfeitamente dentro da lei a providencia que o governo havia adoptado, não teve duvida alguma em acceitá-lo por parte do governo a que a commissão introduzisse o artigo 3.º que se acha no projecto de lei. E não teve duvida, porque não julgou que viesse d'isto o menor desluzo ao governo (apoiados).

Não quer fazer allusão ao passado, nem retrospectos politicos, nem saber se houve outros governos que pediram ou não bills de indemnidade. O que sabe é que todas as vezes que a sua consciencia lhe disser, pelo exame dos seus actos, que o governo carece de um bill de indemnidade, não ha de ter duvida do francamente o pedir ao parlamento (apoiados); porque vê que nisto dá um testemunho da consideração e acatamento que o governo tem pelas prerogativas parlamentares (apoiados).

Crê que não faz retrospectos politicos, nem accusações, que possam ferir algum, dizendo que em outras epochas se praticaram factos menos regulares, e mais censuraveis, sem que por isso se pedissem bills de indemnidade. Polga, porém, de termos chegado a uma epocha, da qual não se gloria que fosse esta administração que a inaugurasse, mas que é devida aos progressos sociais que naturalmente a tem trazido; epocha em que as instituições constitucionaes se entendem assim; epocha em que o governo não duvida, nem hesita sobre a necessidade de ser relevado de uma responsabilidade por uma mais ou menos supposta falta, acatando assim a prerogativa parlamentar (apoiados); epocha em que se manifestam os tão santos e justos horrores das mais ligeiras infracções de lei, que possam ser commettidas pelo governo.

Todos sabem que uma infracção de lei qualquer que esta seja, é sempre uma infracção de lei; mas também todos sabem que os codigos criminaes, e com elles os codigos politicos, os codigos sociais, e a final a razão publica sabem distinguir as grandes das pequenas faltas, as grandes das pequenas infracções, e a camara avaliará esta de que se trata, como entender (apoiados).

Não havendo mais ninguém inscripto, reputa-se a materia sufficientemente discutida, e posto a votos o artigo 3.º é approvado; e seguidamente o artigo 4.º sem discussão.

Passa-se ao projecto n.º 8 que é o seguinte:

Senhores.—A commissão de fazenda examinou a proposta de lei apresentada pelo governo, com o fim de ser authorisado a emitir pela junta do credito publico até á quantia de 1.000.000\$000 réis em inscripções de 3/10, em addicionalmente á de réis 1.750.000\$000, para que teve faculdade igual pelo artigo 3.º da carta de lei de 7 de junho de 1859.

A exposição que precede a referida proposta esclarece tão completamente a necessidade do que ora vos é submettido, que a commissão, depois de ter verificado os factos asseverados pelo governo, nenhuma duvida encontrou na adopção da medida de que se trata, porque esta importa somente a emenda de um erro que passou despercebido; e sem que ella tenha logar se torna impossivel completar o desenvolvimento já decretado da viação publica.

Por este motivo é a vossa commissão de parecer que a proposta do governo seja convertida no seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É o governo authorisado a fazer crear e a emitir pela junta do credito publico até á quantia de 1.000.000\$000 réis em inscripções de 3/10, em addicionalmente á de 1.750.000\$000 réis, authorisada pelo artigo 3.º da carta de lei de 7 de junho de 1859, a fim de terem a applicação designada na mesma carta de lei.

§ unico. O governo fará entregar á junta do credito publico, pelos cofres das alfandegas grande de Lisboa e do Porto, a somma correspondente aos juros dos titulos de divida fundada que se emitirem em virtude da presente lei.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala da commissão, 17 de fevereiro de 1860.— Antonio José d'Avila—Joaquim Gonçalves Mamede—Rodrigo Nogueira Soares Vieira—Justino Antonio de Freitas—Antonio Rodrigues Sampaio—Francisco José da Costa Lobo—Thomás de Carvalho—Carlos Cyrillo Machado—Augusto Xavier da Silva—Augusto Xavier Palmeirim—Joaquim Thomás Lobo d'Avila.

Este projecto é approvado na generalidade e especialidade sem discussão.

Entre em discussão o parecer da commissão do poderes sobre as eleições no circulo de Mogadouro, que é o seguinte:

CIRCULO N.º 51 — MOGADOURO

Procedeu-se á eleição para um deputado por este circulo no dia 1.º de janeiro, e sendo o numero de votantes 2310, foi o mais votado o cidadão José

esclarecimento pedido, lendo a acta do apuramento dos votos do circulo eleitoral de Mogadouro, circulo que se compõe dos concelhos de Mogadouro, Mirandella e Alfandega da Fé. O concelho de Mirandella e parte do de Mogadouro pertence ao bispado de Bragança, e uma parte do concelho de Mogadouro e o de Alfandega da Fé pertence ao arcebispo de Braga. A maior parte dos votos que teve o sr. Feijó pertencem aos dois primeiros concelhos.

O sr. Mello Soares:—pelo esclarecimento que acaba de lhe dar o illustre relator da commissão, conhece que a maior parte dos votos que teve o deputado eleito pertencem a localidades onde elle exerce jurisdição como governador do bispado de Bragança, e como quanto o artigo 12.º da lei eleitoral não faça expressa menção de que os governadores dos bispados não possam ser eleitos nas localidades onde exercem jurisdição, contanto entenda que esta exclusão está comprehendida no espirito da lei, e que por consequencia reputa nulos os votos dados ao sr. Feijó nas localidades onde elle exerce jurisdição; e n'este sentido vota contra o parecer.

O sr. Sá Vargas:—o precedente orador argumenta para a exclusão do deputado eleito pelo circulo de Mogadouro, o sr. Feijó, pela circumstancia de que a maioria dos votos que obteve no circulo eleitoral foram dados por eleitores que residem em terras em que exerce jurisdição ou influencia na qualidade de governador do bispado; mas primeiro que tudo pede ao illustre deputado lhe indique qual é o artigo da lei que marca tal exclusão pelo motivo que allegou; e quando a lei não marca tal exclusão, não se póde, por identidade de caso, dar-se a lei uma interpretação extensiva, aumentando as exclusões, tanto mais quando tal interpretação trazia consigo a restrição de um direito sacrosanctissimo, como é o direito de elegibilidade (apoiados).

Não se persuada o illustre deputado que o silencio da lei a tal respeito foi casual; não foi, a lei falla bem claro; não admitta tal exclusão; porque se a admittisse, faria expressa menção d'ella como fez a respeito de outras, e como o fez mesmo a lei eleitoral de 1838, no seu artigo 4.º. Portanto, para elle orador, e cre que para a camara, é claro que a excepção que se quer incluir na lei não está lá (apoiados).

E demais deve notar, que os votantes n'este circulo eleitoral foram 2:323; que sr. Feijó obteve 2:311, deixou de ter menos 12 votos. Ora os concelhos de Alfandega da Fé e parte do de Mogadouro pertencem ao arcebispo de Braga, e o de Mirandella e parte do de Mogadouro ao bispado de Bragança; tirem-se os votos que vieram d'aqui, e ver-se-ha que o sr. Feijó fica com 260 e tantos votos pertencentes áquelles primeiros concelhos. Depois d'isto note-se mais que esta eleição é em segundo escrutinio, no qual basta a maioria relativa, e ainda que se tirem os votos dos concelhos pertencentes ao bispado de Bragança e os 12 que não obteve, em todo o caso está realmente eleito o sr. Feijó (apoiados).

A requerimento do sr. Barros e Sá julga-se a materia discutida, e posto a votos o parecer, é approvado, e proclamado deputado da nação portugueza o sr. José Luiz Alves Feijó.

O sr. Sá Vargas:—manda para a mesa o parecer da commissão de poderes sobre o diploma do sr. deputado Affonso Botelho de Sampaio e Sousa, eleito pelo circulo de Sabrosa.

Este parecer é approvado, e em seguida proclamado deputado da nação portugueza o sr. Affonso Botelho de Sampaio e Sousa.

O sr. Luiz Albano:—participa, que a commissão de instrução publica se acha installada, nomeando para seu presidente ao sr. José Maria de Abreu, para relator geral ao sr. Rebello da Silva, e para secretario a elle participante.

A camara ficou inteirada.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã o parecer n.º 6 sobre a compatibilidade ou incompatibilidade do sr. Filipe Folque, a eleição de um membro que falta para completar a commissão de moeda falsa, e a eleição das commissões de infracções e de pautas; declara que amanhã dará para ordem do dia de segunda feira a discussão do projecto de resposta ao discurso do throno, e levanta a sessão.—*eram quatro horas da tarde.*

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 21 do corrente, e de Paris até 18.

Os ultimos despachos de Tetuão dizem que nem na cidade, nem no acampamento hespanhol, nem nas immedições, occorria facto algum digno de especial menção.

Os boatos de paz circulavam no exercito com bastante insistencia, porém todos convinhem em que se não podia formar juizo algum approximado, até que seja conhecida a resposta que o governo hespanhol deve dar ás propostas apresentadas pelos enviados de Muley-el-Abbas.

Alem dos despachos que dão estas noticias, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: Paris, 19 de fevereiro.—A noticia do saque, realiado pelos mouros na casa do vice-consul francez em Tetuão, augmentou em Paris as sympathias a favor da Hespanha, e os desejos de que esta potencia conserve a nova provincia africana, como garantia europea, e para que sejam repellidos d'aquellas costas os selvagens marroquinos.

O *Moniteur* publica uma extensa exposição dirigida ao imperador pelo ministro do commercio e obras publicas, sobre a reforma das pautas das alfandegas, na parte relativa ás materias primas.

Segundo diz a *Gazeta de Colonia*, a Austria vae dirigir um memorandum ás potencias europeas, a fim de expor as razões que se oppõem a que esta potencia dê o seu consentimento para a nova votação popular da Italia central.

Francfort, 19.—Na dieta germanica, em sessão de 18 do corrente, as commissões reunidas, encarregadas da questão do Holstein, propozeram que o governo dinamarquez seja convidado a cumprir as promessas que contrahiu em 1851 e 1852. Essas promessas consistem na reunião de delegados offerecida pela Dinamarca, porém com a condição de que os direitos do Holstein sejam garantidos nas questões geraes e particulares.

Bruxellas, 19.—Na sessão do senado produziu a melhor impressão possivel um bellissimo discurso pronunciado pelo duque de Brabant, herdeiro do throno, no qual sua alteza real expoz as suas vistas e tenções acerca dos recursos industriais e commerciaes de que a Belgica está dotada.

Londres, 19.—A opposição no parlamento dirigiu os seus ataques contra o tratado de commercio, o qual não será adoptado sem grande difficuldade. D'Israeli reclamará para elle a prioridade da discussão. Cane propoz uma emenda no orçamento dizendo que a camara opinava por que não seja augmentado o deficit, sendo diminuidos os redditos ordinarios.

FRANÇA

Em seguida damos na sua integra a nota que o ministro dos negocios estrangeiros da França dirigiu, em 12 do corrente, ao duque de Gramont, embaixador em Roma:

«Senhor duque.—Informei-vos da impressão que provocou a encyclica que o summo pontifice dirigiu aos bispos, e não vos occultei o sincero pesar que nos causou a leitura d'esse documento. Hoje creio dever completar a circular que dirigi aos agentes diplomaticos do imperador, no dia 8 do corrente, examinando os factos recentes produzidos pela actual situação das Legações, para que se comprehenda bem qual é a origem do mal e a quem cabe a responsabilidade d'elle.

«Como surgiram os acontecimentos da Romania, e como chegaram as cousas ao ponto em que se acham actualmente?... Acaso o estado em que está aquelle paiz data da ultima guerra?... Muito sentiria ter que entrar em promeneiros que todos, quando não sejam completamente estranhos aos negocios da sua epocha, têm bem presentes no espirito; e não obstante a encyclica nos conferir o direito de recordarmos o passado, e julgarmos, como o têm feito as grandes potencias desde 1841, o regimen politico applicado ás Legações, abster-me-hei de me collocar n'esse terreno, limitando-me unicamente a fazer observar que, desde que os austriacos se retiraram, eram certos e inevitaveis os factos occorridos. Temos todavia a intima convicção de que o governo pontificio não tem razão para nos accusar de falta de solicitude e previdencia em tudo quanto lhe diz respeito.

«Quando começaram as hostilidades, foi proclamada e reconhecida pelos paizes belligerantes a neutralidade da santa sé. Elles continuavam occupando as posições, cuja guarda lhe fora confiada antes de rebenatar a guerra: renunciavam a fortificar-se n'essas posições, de modo que podessem prejudicar-se. Numa palavra elles pareciam estar compenetrados do pensamento de que acima das suas dissensões passadeiras se elevava um interesse superior, igualmente caro para ambos, o de manter a ordem nos estados pontificios. As guarnições de Ferrara, de Comachio, de Bolonha e de Ancona, podiam, com toda a segurança, velar pela tranquillidade das Legações e das Mares, em quanto a guarnição franceza protegia Roma.

«Não me pertence entrar na apreciação das circumstancias, certamente imperiosas a seus olhos, que obrigaram a Austria a não continuar a representar o seu papel, porém tenho o direito de recordar que a França foi fiel ao seu.

«Apenas as tropas austriacas se retiraram, as populações, sem necessidade de excitação particular, valeram-se da occasião, e pôde dizer-se que ellas, longe de proclamarem a sua independencia, a acceitaram já proclamada. Eis todo o segredo da sublevação das Legações.

«Esta sublevação, sr. duque, não pôde ser imputada á França, nem autorisar a menor duvida quanto á sinceridade das sympathias e bons desejos manifestados pelo imperador a Pio IX, quando começou a guerra.

«Porém, acaso poderia o imperador deixar de tomar em consideração os novos successos que surgiram, independentemente da sua vontade? Sua magestade considerando, como devia, as difficuldades da situação, e julgando que a paz de Villafranca podia produzir todas as consequencias que esperava, se os seus esforços fossem auxiliados pela corte de Roma, dirigida, de Dezaneno, ao papa, no dia 14 de julho, que as em condições da paz: «esta nova ordem de cousas, accrescentava o imperador, vossa santidade pôde exercer a maior influencia, e fazer cessar, para o futuro, todos os pretextos de perturbação.

«Que sua santidade consinta, ou para melhor dizer, de *motu proprio* se digne conceder ás Legações uma administração separada, com um governo secular da sua escolha, porém auxiliado por um conselho formado por eleição; que essa provincia pague á santa sé uma contribuição fixa; e alcançará assim a tranquillidade dos seus estados, epodendo prescindir de tropas estrangeiras.

«Eu peço a vossa santidade que attenda ás supplicas de um affeiçãoado filho da igreja, mas que, ao mesmo tempo, comprehende as necessidades da sua epocha, e veja que a força não é sufficiente para resolver as questões e remover as difficuldades.

«Na minha opinião, a decisão de vossa santidade «envolverá o germen de um porvir de paz e de «tranquillidade, ou a continuação de um estado violento e calamitoso.»

«Vós sabeis, sr. duque, que estas sugestões não foram acolhidas. Em quanto que os acontecimentos, succedendo-se uns aos outros, multiplicavam as difficuldades, a corte de Roma presistia n'uma abstenção só propria para agravar um estado de cousas que não podia já conciliar-se com a sua auto-ridade sem sacrificios e compensações.

«Foi assim que se deixaram escapar todas as circumstancias opportunas para que as Legações se unissem á santa sé, foi assim que se quiz fazer face a uma eventualidade que o imperador inutilmente quiz evitar, e eis o motivo por que sua magestade teve de dirigir ao summo pontifice a sua carta de 31 de dezembro.

«E agora pergunto eu: tendo-se as cousas passado como acabo de enunciar, os conselhos que foram rejeitados eram por ventura intempestivos?... Pelo menos acha-se bem demonstrada a sinceridade dos sentimentos que os dictou. As considerações, ou para melhor dizer, a adhesão que o governo imperial sempre manifestou ao chefe da igreja, é um dos rasgos dominantes da historia dos dez annos que acabam de decorrer.

«O clero de França sabe com que benevolencia e com que idéas o governo imperial poz sempre em pratica as leis que regem as suas relações com a corte de Roma. Sabe que elle encontrou tambem no imperio um poder reparador, e que sob esta protecção tutelar recuperou na sociedade franceza a influencia e a autoridade que outras formas de governo lhe haviam disputado.

«Estes factos seriam sufficientes para attestar de que disposições estava animado o governo imperial para com o pontificado, mesmo quando lhe não tivesse dado provas directas e incessantes.

«Não questionamos que a occupação de Roma, quando teve lugar, fosse dictada por considerações politicas e religiosas, porém quem pôde negar que o governo do imperador foi impellido a continuar, de anno em anno, os sacrificios que essa medida impõe á França, por uma solicitude affectuosa e perseverante a favor dos interesses da santa sé?...

«Quem ha que não reconheça os meios por que temos attenuado e evitado os inconvenientes que a occupação de Roma podia originar, no fundo e na forma, contra a soberania do padre santo?... Quem pôde deixar de ver n'este conjunto de factos um testemunho das intenções mais cordiaes e da vontade mais formal, não só de proteger a posição pessoal do santo padre, mas até, sendo possivel, de dar maior amplitude á sua influencia moral?...

«A esta ordem de idéas se reporta principalmente a cooperação prestada pela diplomacia franceza a sua santidade em todas as regiões onde ha interesses religiosos a defender, e ao mesmo tempo se subordinam as expedições realisadas ou emprehendas nos mares da China e do Japão.

«Finalmente, sr. duque, que melhor prova se pôde dar d'esto constante desejo do que as estipulações de Villafranca, em virtude das quaes, conferindo o imperador ao padre santo a presidencia honoraria da confederação, queria collocar-lo á frente da Italia regenerada?...

«Do que levamos dito se pôde inferir quão ditosa teria sido o governo imperial e o seria ainda nas

circumstancias presentes, se encontrasse uma combinação capaz de diminuir os conflictos da santa sé: porém os bons desejos da França correm o risco de ficar malogrados contra difficuldades invenciveis.

«Certamente, não se trata só de devolver as Legações ao papa: cumpre tambem achar o meio de as conservar em seu poder, sem que uma nova occupação tenha por consequencia uma nova intervenção. Os acontecimentos têm demonstrado de sobejo que ainda isto não bastaria para remediar o mal.

«Sobre este ponto está já formada a opinião da Europa: tratando-se das Legações e sendo tomadas em consideração as lições do passado, quem deixará de pensar em recorrer á sabedoria e previdencia de todos os governos, a não ser que desconheça o que a necessidade impõe?...

«Uma luta politica é hoje inadmissivel. Nem a autoridade monarchica nem a magestade da igreja tinham cousa alguma a ganhar n'essa luta: a religião e a razão mem-se para a reprovar com identica energia. Assim pois, sr. duque, tinha chegado o momento de se fazerem diferentes combinações quando o imperador indicou aquillo de que o papa carecia. Os interesses mais palpaveis e as considerações mais imperiosas aconselhavam á santa sé que adherisse aos conselhos de sua magestade.

«A decisão absoluta de não querer reconhecer o verdadeiro caracter do estado actual das cousas só serviria para as agravar cada vez mais, e concluiria por crear obstaculos igualmente invenciveis. Pelo contrario, se a santa sé se decidir por fim a abandonar o terreno religioso, onde realmente não existe questão, para se collocar no terreno dos interesses temporales, que são os que têm parte na luta, ella conseguirá, ainda que tarde, uma mudança favoravel á sua causa. N'este caso, o governo do imperador poderá ainda prestar o seu auxilio a uma politica conciliadora e rasaveal.

«Estas autorisado para lerdes esta nota ao cardeal Antonelli, e para lhe entregardes uma copia se elle manifestar desejos de a possuir.

«Acrediteis, sr. duque, na minha alta consideração.—*Thouvenel.*» (El Horizonte.)

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Graus C.	Por 100	Rumos
9 m.	755,62	5,4	85,6	N.
3 t.	754,25	9,5	92,6	C.

DIA 23.		12.5 C.
Maxima—temperatura.....		6.3
Minima.....		7.5
Ozone do dia.....		5.5
Chuva (udometro).....		0.0 MIL.
Evaporação (vapormetro).....		2.8
Altura barometrica correcta.		
Altitude do barometro 95,1 metros.		
Temperatura á sombra.		

NOTICIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA DO PORTO

Receita da alfandega de 1 a 20 de fevereiro.....	104.321.505
Idem no dia 21.....	1.536.530
	105.858.035

MOVIMENTO DOS VINHOS E AGUARDENTES

Fevereiro, 20	
MANIFESTADO PARA DEPOSITO	Pipas Alm. Can.
Vinho.....	261 - -
Aguardente.....	32 10 -

DESPACHADO PARA CONSUMMO	
No Porto	Pipas Alm. Can.
Vinho.....	1 1 -
Dito verde.....	1 12 -

DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO	
No Porto	Pipas Alm. Can.
Vinho.....	48 - 8

Fevereiro, 21	
MANIFESTADO PARA DEPOSITO	Pipas Alm. Can.
Vinho.....	45 5 3
Aguardente.....	6 17 -

DESPACHADO PARA CONSUMMO	
No Porto	Pipas Alm. Can.
Vinho.....	7 10 5
Aguardente.....	1 - -

(Commercio do Porto.)

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 24 de fevereiro de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Sousa e Irmãos, patacho portuguez, capitão J. A. Rodrigues, da ilha de S. Thiago em 32 dias, com semente de purgueira e couros a R. O. Sousa; 8 pessoas de tripulação e 1 malla.

Swan, barca ingleza, capitão G. Berry, de Cardiff em 7 dias, com carvão a Menageries Imperiales; 10 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

Saudade, brigue portuguez, capitão F. Pereira, para Santos, com sal; 10 pessoas de tripulação.

Ann Daries, brigue inglez, capitão J. Humphray, para Dublin, com cortiça; 8 pessoas de tripulação.

Estes navios foram registados hontem e saíram hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço de Arcos.

Mathilde, patacho portuguez, capitão J. J. Henriques, para a ilha da Madeira, com telha e encomendas; 10 pessoas de tripulação e 5 passageiros que são: João de Abreu, José dos Santos, Manuel da França, José Fernandes, Augusto de Freitas, maritimos; portuguezes.

Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Aude, para Vigo e Nantes, com vinho, fructa e mais generos; 28 pessoas de tripulação e 9 passageiros.

Improvisio, hiate portuguez, mestre José dos Santos, para a Figueira, com generos de mercearia; 6 pessoas de tripulação.

S. João Baptista, hiate portuguez, mestre A. da Silva, para Sines, com cereaes e encomendas; 6 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 24 de fevereiro de 1860.—*J. J. Cecilia Kol*, capitão-tenente, commandante.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, 24 de fevereiro.—3% consolidado a 44,25.

Bolsa de Paris, 24 de fevereiro.—3% francez a 67,95—4 1/2 dito a 97,80.

Bolsa de Londres, 24 de fevereiro.—Consolidados de 94 1/8 a 95.

AVISOS

ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

No dia 2 de março proximo futuro, pelas onze horas da manhã, haverá leilão n'esta alfandega, a requerimento do banco de Portugal, de dez caixas com assucar mascavado da Bahia, marca MF, vindas pelo navio *Barico*, que deu entrada n'esta mesma alfandega em 29 de dezembro de 1857, com o n.º 2:388.

Alfandega grande de Lisboa, 24 de fevereiro de 1860.

MONTE PIO DA CASA REAL

Sua ex.ª o sr. duque da Terceira, presidente da assembleia geral, convida todos os socios a comparecer na sala das sessões da mesma assembleia ás onze horas da manhã do proximo domingo 26 do corrente, a fim de lhes ser presente o parecer da commissão de exame de contas, com respeito ao 2.º semestre do anno findo, e egerem a junta administrativa, thesoureiro e escrivão do cofre para servirem no presente anno.

Lisboa, 22 de fevereiro de 1860.—O secretario, *Augusto Zacharias Laforte*.

ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

De ordem do ex.º presidente da assembleia geral, e em virtude do artigo 39.º dos estatutos, são convocados todos os socios para a reunião da assembleia geral extraordinaria, que deverá ter logar no domingo, 26 do corrente, pelas onze horas da manhã, no local do costume, para os fins marcados no p.º 11 do artigo 33.º dos mesmos estatutos.

Sala das sessões da assembleia geral, 20 de fevereiro de 1860.—*Joaquim José do Valle*, 2.º secretario.

MONTE PIO DAS SECRETARIAS D'ESTADO

Não podendo ter logar, por motivos imprevistos, a reunião d'este monte pio, annunciada para domingo 26 do corrente, s. ex.ª o conselheiro presidente da assembleia geral convida todos os srs. socios a comparecerem, para os fins já designados, no local do costume, ás onze horas da manhã do dia 4 do proximo mez de março.

Nos termos dos estatutos as deliberações que então se tomarem terão validade, seja qual for o numero de socios presentes.

Lisboa, em 23 de fevereiro de 1860.—*Joaquim Victor da Silva Teixeira de Gusmão*, secretario da mesa da assembleia geral.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assembleia geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 25 do corrente, pelas sete horas da noite, para discutir e votar o parecer do conselho fiscal sobre o relatório e contas da direcção, e proceder á eleição do novo conselho e direcção.

Igualmente se previnem os srs. socios de que o mencionado parecer se acha patente na sala da associação por espaço de oito dias.

Lisboa e sala da associação, aos 16 de fevereiro de 1860.—*F. A. M. de Figueiredo*, secretario da mesa.

MONTE PIO GERAL

A direcção d'este monte pio previne os mutuários de penhores, que estão em atraso de pagamento de juros, para que venham satisfazer os seus debitos, durante o prazo de 30 dias, a contar da data d'este aviso, sob pena de serem os ditos penhores vendidos em leilão, em conformidade do artigo 91.º dos estatutos.

Escritorio do monte pio geral, 23 de fevereiro de 1860.—O secretario, *Augusto Cesar da Fonseca*.

MONTE PIO UNIAO

Reunião de assembleia geral segunda feira 27 do corrente, ás sete horas da tarde, para approvação de contas.—O secretario, *F. A. Sotto Maior Raposo*.

ASSOCIAÇÃO FRATERNA DE BARBEIROS, AMOLADORES E CABELLEIROS

2.º AVISO

O sr. presidente da assembleia geral convoca esta para se reunir no dia 27 do corrente mez, pelas oito horas da noite, sendo a ordem dos trabalhos apresentação de contas, eleição da commissão revisora, e trabalhos pendentes.

Lisboa e casa da associação, 20 de fevereiro de 1860.—O secretario, *F. P. do Carmo e Sousa*.

FUTURO SOCIAL

Continuam as palestras litterarias segunda feira, 27 do corrente, pelas sete horas da noite, nas salas do centro promotor, versando a discussão sobre os *deveres e direitos dos cidadãos*, sendo permitido o direito de discussão a todas as pessoas, mesmo estranhas á associação.—O secretario, *A. A. da Silva Lobo*.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

TRATADO JURIDICO DE VINCULOS

ESCRITO SEGUNDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE EM 1854

Vende-se na livraria da viuva Marques e Filha, na rua Augusta n.º 15 (numeração nova)—Preço 240 réis.

ANNUNCIOS

1 THOMAS O'KEEFFE agradece por este meio a todas as pessoas que acompanharam os restos mortaes de seu presado filho, Miguel José O'Keeffe, ao cemiterio do alto de S. João; e pede desculpa de qualquer convite que involuntariamente não fizesse, motivado pela extrema afflicção em que se achava.

2 PELO JUIZO DE DIREITO DE ELYAS, e cartorio de Guilherme, são chamadas por editos de quinze dias, com pena de lanceamento, todas as pessoas que se julgarem com direito á curadoria dos bens de Antonio Luiz Nunes da Gadeira, fidos que foram, ou contestar os artigos de habilitação, que por parte de Barnabé Rodrigues Tonorio se hão de apresentar, como cessionario de Maria do Rosario, e de Francisca Rosa do Carmo Mattos, e seu marido Thomaz Antonio Vaz, unicos herdeiros presumpivos do dito aucte hã longos annos em parte incerta.

3 NO JUIZO ORDINARIO do julgado de Terras de Bouro, comarca de Villa Verde, e cartorio do escrivão Lago, correm editos de quinze dias e mais diligencias para a curadoria dos bens do aucte Manuel de Barros, que foi da freguezia de Gondorido, do dito julgado, a requerimento de Anna Dias, viúva, e filha e genro, Joaquina Dias e João Baptista de Barros, do logar de Perceiro, da freguezia de Chamoim, do mesmo julgado, como meirã e representantes de seu fallecido marido, pai e sogro, Francisco José Rodrigues, que foi da dita freguezia de Chamoim, e este como comprador e cessionario do direito e acção da terça parte dos bens e herança do dito aucte, pertencente a seu irmão Antonio de Barros: o que se faz publico para os fins do artigo 313.º da Nov. Ref. Jud.

4 NO JUIZO ORDINARIO do julgado de Terras de Bouro, comarca de Villa Verde, e cartorio do escrivão Leite, correm editos de quinze dias e mais diligencias para a curadoria dos bens do aucte Manuel Dias, que foi do logar de Chamoim, freguezia de Curvalheira, do mesmo julgado, a requere-

rimento de sua irmã germana Maria Rosa Dias, e marido Manoel Affonso, da freguezia de Chamoim, do mesmo julgado, como universal herdeira dos bens do dito aucte: o que se faz publico para os fins do artigo 313.º da Nov. Ref. Jud.

5 NO JUIZO DA 2.ª VARA da comarca de Lisboa, e cartorio do escrivão Borges, correm editos durante quinze dias, citando e chamando todos os interessados que se julgarem com direito aos bens do aucte José dos Santos Cordeiro, filho de D. Marianna Coelho e de Antonio Cordeiro dos Santos, nascido no logar de Cagido, freguezia de S. Martinho de Ovião, bispado de Vizen, cuja curadoria tem requerido a dita mãe do aucte, para serem offerecer os artigos de habilitação e justificação: não comparecendo no dito prazo serão lançados.

6 PELO JUIZO DE DIREITO DA 5.ª VARA, escrivão Alvares, correm editos de trinta dias, a requerimento de D. Magdalena Adelaide Mesquita, para o fim de se habilitar unica e universal herdeira de sua prima D. Guilhermina de Achaal de Caro, e assim succeder em todos os seus bens, direitos e acções, e que na dita qualidade lhe pertencem duas inscripções da junta do credito publico, do juro de 3 por cento, sendo uma do capital de 1:000:000 réis, com o n.º 14:287, e outra do capital de 500:000 réis, com o n.º 11:525; pelo que são chamados todos os que se julgarem com direito a oppor-se a referida habilitação, com pena de revella e lanceamento.